



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
UNIDADE ACADÊMICA DE LETRAS
CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS:
LÍNGUA PORTUGUESA E LÍNGUA FRANCESA**

ANA BEATRIZ AQUINO DA SILVA

***PRESOS QUE MENSTRUAM:*
A INVISIBILIDADE DAS MULHERES PRIVADAS
DE LIBERDADE NA SOCIEDADE BRASILEIRA**

CAMPINA GRANDE - PB

2021

ANA BEATRIZ AQUINO DA SILVA

PRESOS QUE MENSTRUAM:
A INVISIBILIDADE DAS MULHERES PRIVADAS
DE LIBERDADE NA SOCIEDADE BRASILEIRA

Trabalho de Conclusão Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em Letras Língua Portuguesa e Língua Francesa do Centro de Humanidades da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciada em Letras com habilitação em Língua Portuguesa e Língua Francesa.

Orientador: Professora Dra. Maria Marta dos Santos Silva Nóbrega.

CAMPINA GRANDE - PB

2021

S586p

Silva, Ana Beatriz Aquino da.

Presos que menstruam: a invisibilidade das mulheres privadas de liberdade na sociedade brasileira / Ana Beatriz Aquino da Silva. – Campina Grande, 2021.

69 f. : il. color.

Monografia (Licenciada em Letras – Língua Portuguesa e Língua Francesa) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2021.

"Orientação: Profa. Dra. Maria Marta dos Santos Silva".

Referências.

1. Análise Literária. 2. Crítica e Interpretação Literária. 3. *Presos Que Menstruam* (Nana Queiroz). 4. Cárcere Feminino. 5. Literatura de Testemunho. I. Silva, Maria Marta dos Santos. II. Título.

CDU 82.09(043)

ANA BEATRIZ AQUINO DA SILVA

PRESOS QUE MENSTRUAM:

**A INVISIBILIDADE DAS MULHERES PRIVADAS
DE LIBERDADE NA SOCIEDADE BRASILEIRA**

**Trabalho de Conclusão Curso
apresentado ao Curso de Licenciatura em
Letras Língua Portuguesa e Língua
Francesa do Centro de Humanidades da
Universidade Federal de Campina
Grande, como requisito parcial para
obtenção do título de Licenciada em
Letras com habilitação em Língua
Portuguesa e Língua Francesa.**

BANCA EXAMINADORA:

**Professora Dra. Maria Marta dos Santos Silva Nóbrega
Orientadora – UAL/CH/UFCG**

**Professora Dra. Tássia Tavares de Oliveira
Examinadora – UFCG/CH/UFCG**

Trabalho aprovado em: 27 de maio de 2021.

CAMPINA GRANDE - PB

AGRADECIMENTOS

A minha família, principalmente aos meus pais, José Luciano e Cristiane, por terem sempre me incentivado a estudar e a dar sempre o meu melhor. Aos meus irmãos, João Victor e Lucas Gabriel por serem luzes na minha vida. Agradeço todo amor e suporte de vocês.

Ao meu amor, George Victor, por ter sido o meu porto seguro, me motivando e me dado todo o suporte necessário para que eu conseguisse estudar. Muito obrigada por tudo. Te amo!

As minhas companheiras de curso e confidentes, Ingrid Vanessa e Laís Vidal, pelo companheirismo, por me escutarem nos momentos de estresse, auxiliando a aliviar a carga pesada que por vezes enfrentamos na nossa jornada pela universidade. Agradeço ainda a todos os amigos que não foram citados, mas que contribuíram para que eu me tornasse uma estudante, pesquisadora e pessoa melhor.

Ao Programa de Monitoria, por possibilitar ter essa experiência tão rica como monitora por dois semestres na disciplina de Língua portuguesa para fins específicos. Agradeço, também, a professora doutora Maria Auxiliadora e a professora doutora Maria Elizabeth por terem me orientado e me auxiliado a construir o meu fazer docente.

Ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), pela oportunidade de poder iniciar minha vida como pesquisadora e a minha orientadora a professora doutora Josilene Pinheiro-Mariz por ter me dado a oportunidade de fazer parte da sua pesquisa, por ter me orientado e ter despertado em mim o amor por pesquisar mulheres.

Ao Programa de Educação Tutorial de Letras (PET-Letras), pela oportunidade de ter experiências indescritíveis que serão fundamentais para a minha vida profissional e pessoal. Aos petianos que tornaram os meus dias mais alegres, especialmente a Jadna Ferreira. E a minha tutora, Josilene Pinheiro-Mariz, por ter me dado a chance de mostrar meu potencial como estudante, pesquisadora e professora.

Aos professores de Letras, pois sem eles eu não estaria aqui, principalmente a Maria Angélica, Maria Elizabeth, Nyeberth Emanuel, Josilene Pinheiro-Mariz, Carmen Veronica, Maria Rennally, Lino Dias Correia, Milene Bazarim, Maria Auxiliadora, Aloísio Dantas, José Mário, Marta Tavares, José Edilson, Luciene Maria Patriota e Laura Dourado.

Agradeço principalmete as minhas professoras de Metodologia Científica e Monografia, Márcia Tavares e Maria Marta, por terem me auxiliado na árdua tarefa que é escrever, principalmente em um período tão difícil, quanto este, em que estamos passando por esta pandemia de covid-19.

A professora Tássia Tavares que prontamente aceitou colaborar com a construção deste trabalho, como avaliadora.

procure as mulheres ao seu redor
que têm menos espaço que você
ouça
escute-as
e coloque o que elas dizem em prática

- amplifique a voz das mulheres não brancas.
indígenas. trans.
negras. pardas.
(KAUR, 2020, p. 192)

RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso tem como foco e objeto de análise a obra *Presos que menstruam* (2015), de autoria da jornalista e ativista Nana Queiroz,. Nesta obra a autora retrata por meio dos testemunhos dessas mulheres as suas vivências e tenta dar voz por meio de sua escrita aos seus relatos de vida e principalmente as denúncias ocasionadas pelo descaso do Estado e da sociedade brasileira com elas. Esta pesquisa tem como objetivo específico: Analisar quais são os papéis desempenhados pelas personagens femininas na obra de *Presos que menstruam* (2015) de autoria de Nana Queiroz. Os objetivos específicos são: a) Identificar as características das personagens privadas de liberdade sendo elas: gênero, classe social, cor de pele e a escolaridade; b) Investigar de que maneira é retratada a maternidade dentro da instituição prisional e fora dela por meio das personagens na referente obra; c) Verificar como está retratado as questões de higiene básica, bem como o acesso a absorventes para as mulheres em situação de cárcere; d) Mostrar as representações de amor e afeto dentro do contexto carcerário; Esta pesquisa está inserida no paradigma das pesquisas qualitativas, considerando-se o seu foco enquanto natureza do fenômeno investigado, sendo, portanto, bibliográfica e documental (MOREIRA; CALEFE, 2008). Como objeto de estudo, temos a obra intitulada *Presos que menstruam* da autora Nana Queiroz. Afim de responder os objetivos elencados acima, ao longo dos capítulos serão apresentadas obras cujo a temática central é a literatura de cárcere nacional, bem como a apresentação da autora da obra a ser analisada, entre as outras produções literárias da escritora Nana Queiroz. Será feita uma análise do surgimento do sistema prisional até os dias atuais, uma análise dos dados obtidos pelo Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – 2020, bem como a apresentação de alguns projetos, que visam acabar com a pobreza menstrual vivenciada por estas mulheres, de remição de pena por meio de leituras literárias, e de ressocialização por meio de produção de bioabsorventes. Todas as obras, conceitos e dados que serão trabalhadas no decorrer da pesquisa estarão interligados e servirão de base para a análise que será feita no último capítulo acerca do testemunho das personagens femininas em situação de cárcere presentes em *Presos que Menstruam* (2015).

Palavras-chave: *Presos que menstruam*; cárcere feminino; literatura de testemunho.

PRESOS QUE MENSTRUAM: THE INVISIBILITY OF WOMEN DEPRIVED OF FREEDOM IN BRAZILIAN SOCIETY

ABSTRACT

The present undergraduate thesis has as main focus and object of analysis the book entitled "Presos que Menstruam (2015)", authored by the journalist and activist Nana Queiroz. In this book, the author portrays the experiences of these women through the testimonies of these women and tries to give a voice through her writing to her life stories and mainly the denunciations caused by the neglect of the State and Brazilian society with them. This research has as specific objective: To analyze what are the roles played by female characters in the book "Presos que Menstruam (2015)", authored by Nana Queiroz. The specific objectives are: a) Identify the characteristics of characters deprived of liberty, namely: gender, social class, skin color and education level; b) Investigate how maternity is portrayed within the prison institution and outside of it through the characters in the referring book; c) Verify how basic hygiene issues are portrayed, as well as access to absorbents for women in situations of prison; d) Show representations of love and affection within the prison context. This research is inserted in the qualitative research paradigm, considering its focus as nature of the investigated phenomenon, being, therefore, bibliographic and documentary (MOREIRA; CALEFE, 2008). As an object of study, we have the book entitled "Presos que Menstruam" by the author Nana Queiroz. In order to answer the objectives listed above, throughout the chapters, books whose central theme is the national prison literature will be presented, as well as the presentation of the author of the book to be analyzed, among the other literary productions of the writer Nana Queiroz. An analysis about the evolution of the prison system to the present day will be made, an analysis of the data obtained from the National Survey of Penitentiary Information - 2020, as well as the presentation of some projects, which aim to end the menstrual poverty experienced by these women, of remission penalty through literary readings, and resocialization through the production of bioabsorbents. All the books, concepts and data that will be worked on during the research will be interconnected and will serve as a basis for the analysis that will be made in the last chapter about the testimony of female characters in prison presented in "Presos que Menstruam (2015)".

Keywords: *Presos que Menstruam*; female prison; testimony literature.

PRESOS QUE MENSTRUAM: L'INVISIBILITÉ DES FEMMES PRIVÉES DE LIBERTÉ DANS LA SOCIÉTÉ BRÉSILIENNE

RÉSUMÉ

Le présent travail de conclusion de cours se concentre sur l'analyse de l'ouvrage intitulé *Presos que menstruam* (2015), rédigé par la journaliste et militante Nana Queiroz. Dans cet ouvrage, l'auteure dépeint à travers les témoignages de ces femmes, leurs expériences et tente de donner une voix à travers l'écriture de ses récits de vie et principalement des dénonciations provoquées par la négligence de l'État et de la société brésilienne avec elles. Cette recherche a pour objectif spécifique: Analyser quels sont les rôles joués par les personnages féminins dans l'œuvre de *Presos que menstruam* (2015), de Nana Queiroz. Et les objectifs spécifiques: a) Identifier les caractéristiques des personnages privés de liberté, à savoir: genre, classe sociale, ethnicité et scolarité; b) d'examiner de quelle manière la maternité est dépeinte à l'intérieur et à l'extérieur de l'établissement pénitentiaire au moyen de personnages dans l'ouvrage concerné; c) Vérifier comment sont décrites les questions d'hygiène de base ainsi que l'accès aux serviettes hygiéniques pour les femmes en situation de prison; d) Montrer des représentations d'amour et d'affection dans le contexte carcéral. Ce projet de recherche s'insère dans le paradigme de la recherche qualitative, considérant sa axe comme la nature du phénomène étudié, étant donc bibliographique et documentaire (MOREIRA; CALEFE, 2008). Comme objet d'étude, nous avons l'ouvrage intitulé *Presos que menstruam* (2015) par l'auteure Nana Queiroz. Afin d'essayer de répondre aux objectifs énumérés ci-dessus, tout au long des chapitres seront présentés des œuvres dont le thème central est la littérature pénitentiaire nationale, ainsi que la présentation de l'auteur de l'œuvre à analyser, parmi les autres productions littéraires de l'écrivaine Nana Queiroz. Une analyse sera faite de l'émergence du système pénitentiaire à nos jours, une analyse des données obtenues par, *Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias - 2020*, ainsi que la présentation de quelques projets, qui visent à mettre fin à la pauvreté menstruelle vécue par ces femmes, de la peine de rémission par des lectures littéraires, et de la resocialisation par la production des serviette hygiénique biodégradable. Toutes les œuvres, concepts et données qui seront travaillés au cours de la recherche seront interconnectés et serviront de base pour l'analyse qui sera faite dans le dernier chapitre sur le témoignage des personnages féminins en situation de prison présents dans les *Presos que menstruam* (2015).

Mots clés: *Presos que menstruam*; les prisons pour femmes; la littérature de témoignage.

LISTA DE FIGURAS

<u>Figura 1: Não mereço ser estuprada</u>	22
<u>Figura 2: Foto da exposição “A culpa é minha?”</u>	23
<u>Figura 3: Países com maior população prisional feminina</u>	32
<u>Figura 4: Informações gerais sem a consideração dos dados das unidades de monitoramento eletrônico</u>	33
<u>Figura 5: Informações gerais considerando os dados das unidades de monitoramento eletrônico</u>	34
<u>Figura 6: Total de presos do sexo masculino e feminino pertencentes ao grupo “outras prisões” destacado na Figura 5</u>	34
<u>Figura 7: População prisional por faixa etária</u>	35
<u>Figura 8: População prisional por estabelecimento</u>	35
<u>Figura 9: Total de presos do sexo masculino e feminino pertencentes ao grupo “sistemas penitenciários” destacado na Figura 5</u>	36
<u>Figura 10: Crescimento da população prisional entre os anos de 2000 e 2020</u>	36
<u>Figura 11: Quantidade de incidências por tipo penal</u>	37
<u>Figura 12: População prisional por tempo total das penas de pessoas do gênero masculino</u>	37
<u>Figura 13: População Prisional por Tempo Total das Penas de Pessoas do Gênero Feminino</u>	38
<u>Figura 14: População prisional em monitoramento eletrônico</u>	38
<u>Figura 15: Faixa etária da população prisional em monitoramento eletrônico</u>	39
<u>Figura 16: População prisional em programa laboral</u>	39
<u>Figura 17: População prisional por remuneração</u>	40
<u>Figura 18: População prisional em atividade educacional</u>	40
<u>Figura 19: População prisional em atividades laborais e educacionais simultaneamente</u>	40
<u>Figura 20: Curva de aprisionamento feminino entre os anos de 2000 e 2020</u>	41
<u>Figura 21: Faixa etária dos filhos que estão no estabelecimento</u>	41
<u>Figura 22: Composição da população por Cor/Raça no sistema prisional</u>	42
<u>Figura 23: Vagas destinadas exclusivamente para grupos específicos</u>	42
<u>Figura 24: População indígena</u>	42
<u>Figura 25: Acessibilidade</u>	43
<u>Figura 26: Saúde – estrutura física</u>	43
<u>Figura 27: Maternidade – equipes e estrutura física</u>	44
<u>Figura 28: Saúde – procedimentos</u>	44
<u>Figura 29: Saúde – patologias</u>	45
<u>Figura 30: Mortalidade nos sistemas prisionais</u>	45
<u>Figura 31: Absorvente feito de miolo de pão</u>	46
<u>Figura 32: Capa do livro <i>Presos que menstruam</i></u>	52

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Índice de personagens por capítulo.....	53
--	----

LISTA DE SIGLAS

AIDS – Síndrome da Imunodeficiência Adquirida

ALN – Ação Libertadora Nacional

LGBTQI+ - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Queer, Intersexo e outros grupos e variações de sexualidade e gênero

INFOPEN – Sistema de Informações Estatísticas do Sistema Penitenciário Brasileiro

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

IST – Infecções Sexualmente Transmissíveis

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	14
2. A LITERATURA DE TESTEMUNHO DO CÁRCERE E AS MARCAS DEIXADAS PELO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO	17
2.1 O gênero literatura de testemunho	17
2.2 Linha temporal das obras da literatura de cárcere nacional	18
2.3 A autora Nana Queiroz e a quarta onda do feminismo	21
3. VIOLÊNCIA SISTÊMICA: PANORAMA DA HISTÓRIA DO SISTEMA PENITENCIÁRIO	25
3.1. O surgimento da prisão	25
3.2. Encarceramento em massa	26
3.3. O surgimento da prisão e o controle de massas por meio da mídia	29
3.4. A influência do capitalismo e do patriarcado no sistema prisional	30
3.5 Análise dos dados do sistema prisional brasileiro	31
3.6 Projetos de ressocialização feminina em presídios brasileiros	45
4. ANÁLISE DOS TESTEMUNHOS DAS PERSONAGENS FEMININAS EM SITUAÇÃO DE CÁRCERE PRESENTES NA OBRA <i>PRESOS QUE MENSTRUAM (2015)</i>	51
5. CONCLUSÃO	64
REFERÊNCIAS	66

1. INTRODUÇÃO

No Brasil, a população carcerária vivencia uma realidade sem estrutura e sem o mínimo para viver com dignidade. De acordo com a Revista **Consultor Jurídico**¹, que considerou os dados divulgados em 2019 pelo “Sistema Prisional em Números”, o sistema penitenciário brasileiro possui uma superlotação masculina com uma taxa de 166% e de 109% referente à população feminina.

No sistema carcerário, há o estudo social relacionado ao ser humano, mais precisamente ao sexo masculino, porém, apesar de esquecidas, as mulheres encarceradas não são menos importantes. Não obstante dos problemas a respeito de superlotação serem tratados como foco principal, não se trata, com a devida importância, das necessidades femininas nos presídios. Pouco se debate sobre o que tem sido a vida das mulheres que vivem em um sistema pensado para homens.

Partindo-se dessa realidade, conjecturamos uma possível sensibilização das pessoas acerca desse tema, possibilitando a formação de leitores com uma visão crítica, humanizada e consciente. Através da investigação de como o Estado e sociedade colaboram para que cada dia mais o encarceramento em massa aumente, principalmente quando o Estado não oferece formas de reinserir essas mulheres no mercado de trabalho, fazendo assim com que elas acabem voltando para a ilegalidade.

Partindo dessa realidade, acreditamos ser importante refletir sobre o encarceramento feminino brasileiro na sociedade por meio da literatura, seja ela de não-ficção ou de ficção, para assim possibilitar uma formação leitora e humana dos cidadãos na sociedade. Com essa finalidade escolhemos a obra *Presos que Menstruam* (2015), de autoria de Nana Queiroz.

A autora, Nana Queiroz, se formou em jornalismo pela Universidade de São Paulo – USP em julho de 2010. É especialista em Relações Internacionais, com ênfase em direitos humanos, pela Universidade de Brasília – UnB. Ela visitou diversos presídios para ouvir e dar voz às presas e às famílias delas. A autora constrói a narrativa contando desde antes dos episódios que as levaram ao cárcere até o cotidiano nas penitenciárias femininas. Queiroz (2015) narra com veracidade a vida dessas mulheres brasileiras privadas de liberdade.

Esta pesquisa tem como norte a seguinte pergunta de pesquisa: Quais são os papéis do sujeito mulher que as personagens privadas de liberdade na obra *Presos que menstruam*, de autoria de Nana Queiroz, representam na sociedade brasileira? Portanto, a fim de respondê-la, identificamos outras questões a ela ligadas que dão suporte na construção dos objetivos desta pesquisa. Portanto, as demais são: a) qual o gênero, classe social, cor de pele e a escolaridade das personagens privadas de liberdade presentes na referente obra?; b) como é retratada a maternidade vivenciada por essas mulheres, seja no

¹ Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2019-ago-22/brasil-lotacao-carceraria-166-15-mil-mortes-presidios> . Acesso em: 10 de abril 2021.

contexto de cárcere ou fora dele?; c) na referida obra há relatos acerca da pobreza menstrual² e falta de higiene básica enfrentada por essas mulheres dentro do sistema prisional?; d) de que maneira essas mulheres vivenciam o amor e o afeto nesse espaço marcado pelo punitivismo?.

Partindo então de tais questões, temos como objetivos de pesquisa, o objetivo geral : Analisar quais são os papéis desempenhados pelas personagens femininas na obra *Presos que menstruam* (2015) de autoria de Nana Queiroz. E os objetivos específicos: a) Identificar as características das personagens privadas de liberdade sendo elas: gênero, classe social, cor de pele e a escolaridade; b) Investigar de que maneira é retratada a maternidade dentro da instituição prisional e fora dela por meio do testemunho das personagens na referente obra; c) Verificar como estão retratadas as questões de higiene básica, bem como o acesso a absorventes para as mulheres em situação de cárcere; d) Mostrar as representações de amor e afeto dentro do contexto carcerário;

Para embasar essa pesquisa, tomam-se como base os dados do Infopen - sistema de informações estatísticas do sistema penitenciário brasileiro – além do levantamento nacional de informações penitenciárias de 2020, para ter conhecimento dos dados necessários para o corpus da referente pesquisa. A Constituição Federal também é tomada como base com o objetivo de promover um comparativo acerca de que maneira essas mulheres são tratadas e de como a lei está sendo cumprida, tendo em vista que cabe ao Estado assegurar condições mínimas que garantam a dignidade da pessoa humana, o respeito aos tratados internacionais e a legislação interna.

Segundo o Art. 5º, presente na Constituição Federal do Brasil,

todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:
III - ninguém será submetido à tortura nem a tratamento desumano ou degradante;
XLIX - é assegurado aos presos o respeito à integridade física e moral;
L - às presidiárias serão asseguradas condições para que possam permanecer com seus filhos durante o período de amamentação.

Entretanto, não é isso que acontece na maioria das penitenciárias femininas. As mulheres são tratadas de forma desumana e padecem em um sistema carcerário pensado para homens. Além disso, após o período de amamentação, caso elas não tenham nenhum familiar que queira/possa ficar com a criança, esta é encaminhada para um lar de adoção, separando-se assim em definitivo dessa mãe.

Para analisar o livro, tomam-se como base os conceitos de Davis (2016), sendo eles: mulheres, raça e classe. Estes três conceitos estão interligados, pois para Davis (2016) não se pode pensar no conceito de mulher sem pensar no conceito de raça e classe, visto que a definição de mulher branca e

² A pobreza menstrual, é um termo dado à falta de acesso a produtos para manter uma boa higiene no período da menstruação, e está relacionada à pobreza, bem como a falta de infraestrutura do seu ambiente. E afeta milhares de mulheres brasileiras.

rica é uma, enquanto que da mulher negra e pobre é outra. São esses fatores que irão influenciar o meio dessas mulheres, por isso pensar nesses conceitos abordados pela autora são tão importantes para esta pesquisa.

Segundo Davis, há uma semelhança entre os modelos de prisões punitivistas na sociedade como um todo, principalmente nas penitenciárias femininas. Para Davis e Dent (2003), há um certo trabalho para pensar no desafio de se repensar as fronteiras entre as ciências sociais e as humanidades como um meio de reflexão específica sobre as mulheres nas prisões.

Este projeto de pesquisa está inserido no paradigma das pesquisas qualitativas, considerando-se o seu foco enquanto natureza do fenômeno investigado, sendo, portanto, bibliográfica e documental (MOREIRA; CALEFE, 2008). Como objeto de estudo, temos a obra intitulada *Presos que menstruam* (2015) da autora Nana Queiroz, uma jornalista brasileira, cujo livro está disponível em versão física e digital para leitura.

Assim, pretendemos analisar quais são os papéis do sujeito mulher que as personagens privadas de liberdade na obra *Presos que Menstruam* (2015) de autoria de Nana Queiroz representam na sociedade brasileira. Dada a sua característica, a investigação deverá ser, em um primeiro momento, feita a partir da leitura da obra literária *Presos que menstruam* (2015) da Nana Queiroz para, em um segundo momento, procedermos à análise da obra selecionada. A análise está ancorada nos padrões estabelecidos para as pesquisas qualitativas, ajustando-a, a ela, as técnicas desse tipo de pesquisa, que é também bibliográfica.

A escolha desta obra em análise, se deu pelo fato da pesquisadora ser feminista e interessada por dar voz a mulheres que estão em constante tentativa de invisibilidade. A obra selecionada para o estudo e análise foi a obra de Nana Queiroz por diversos motivos, entre eles o fato de ser uma leitura bastante inquietante e necessária, por ter sido escrito por uma mulher ativista e por dar voz as mulheres que seguem na tentativa de apagamento pela sociedade.

Para a coleta de dados, foi selecionada a obra intitulada *Presos que menstruam* (2015), de autoria de Nana Queiroz. Pretende-se analisar quais são os papéis desempenhados pelas personagens femininas na referida obra. Em síntese, a pesquisa em questão está dividida em cinco capítulos, sendo eles: 1. Introdução; 2. A literatura de testemunho do cárcere e as marcas deixadas pelo sistema prisional brasileiro; 3. Violência sistêmica: panorama da história do sistema penitenciário; 4. Análise do testemunho das personagens femininas em situação de cárcere presentes na obra *Presos que Menstruam* (2015); seguido pelo capítulo 5. Conclusão e as referências.

2. A LITERATURA DE TESTEMUNHO DO CÁRCERE E AS MARCAS DEIXADAS PELO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO

Neste capítulo são abordados alguns conceitos fundamentais acerca de literatura de testemunho. Para tanto, buscamos traçar uma linha de tempo das obras cuja temática principal é o testemunho do cárcere nacional levando em conta os diferentes períodos históricos do país. Posteriormente, apresentaremos as obras produzidas pela escritora Nana Queiroz.

2.1 O gênero literatura de testemunho

O gênero literatura de testemunho possui certa complexidade posto que se insere em uma linha tênue entre ficção e realidade e, em conformidade com Seligmann-Silva (2009), “tanto o testemunho quanto a ficção se atravessam, se emaranham, se estranham, mas não desaparecem, nem se anulam, cabendo ao leitor lidar com essa fina fronteira”. Tendo em vista a complexidade do gênero, Galich (1969, Cf. ALÓS, 2008), traz sua contribuição teórica, ao considerar que a narrativa-testemunho é caracterizada, especialmente, “por tratar de um aspecto social da América Latina. Logo, os traços distintivos de tal definição permitem-nos compreender tal tipo de narrativa como um escrito dotado, ao mesmo tempo, de um caráter documental e de um traço que pode ser chamado de ficcionalidade.” (ALÓS, 2008, p.2).

Margaret Randall (1992) define o gênero testemunho como aquele que utiliza fontes diretas para a construção da narrativa e, durante sua elaboração, os elementos devem evidenciar as singularidades do povo objeto do testemunho. Randall (1992) define as características do gênero considerando as relações deste com outros gêneros de escritura, sendo eles, a narrativa ficcional, a autobiografia e textos jornalísticos, além de traços fortes vindo da oralidade, assim como há um “outro traço importante na configuração do testemunho enquanto gênero narrativo é a *enunciação*, muitas vezes feita a partir de um *locus* eminentemente político.” (1969, Cf. ALÓS, 2008)

Segundo Alós (2008), a literatura de testemunho engloba elementos da história, da antropologia e da crítica literária, de modo a assumir o status de representação cultural. Segundo ele,

Se a literatura de testemunho toma elementos paratextuais como fundamentais para a produção de sua estrutura narrativa, assim como de elementos referenciais da realidade política da qual emerge, a noção de alta literatura não é suficiente para dar conta de uma exegese textual desses relatos. É necessário que se lance mão de categorias de outras disciplinas, como a história e a antropologia, além da própria crítica literária, para que possa pensar a literatura não apenas como “Belas-Letras”, mas como cultura, como representação cultural, como capital simbólico intrinsecamente ligado à existência política de social de nossa sociedade. (ALÓS, 2008, p.10)

A literatura de testemunho pode ser classificada da seguinte forma: jornalística, coletiva, etnográfica e a novela. A obra analisada aqui pode ser enquadrada como de testemunho coletivo, entendido como a “elaboração de uma narrativa não a partir de um único protagonista que seja representante de uma coletividade, mas sim a partir de informações coletadas a partir de vários informantes que compartilham alguma afinidade identitária.” (ALÓS, 2008, p.8). Como é o caso da obra, na qual se tem testemunhos coletivos de diversas mulheres em situação de privação de liberdade e que compartilham de uma afinidade identitária. Esta obra é analisada com teor documental – jornalístico – levando em conta a junção de crítica e sociologia.

A obra analisada tem um cunho político social e literário bastante presente, bem como é expresso no texto por meio da narradora e das personagens que moldam a narrativa da obra. Tendo vista esse fato, um fator importante para ser caracterizado na narrativa é o narrado, pois “é o elemento organizador de todos os outros componentes, o intermediário entre o narrado (a história) e o autor, entre o narrado e o leitor.” (GANCHO, 2014, p.7) A narradora da história se posiciona politicamente ao longo da narrativa de maneira bem clara, mesclando suas falas com os relatos fortes e singulares das personagens.

A autora de *Presos que menstruam* (2015) mistura ficção com realidade em sua obra para relatar o testemunho dessas mulheres que vivem o cárcere no sistema prisional brasileiro. Nana Queiroz, tomada pelo conceito de alteridade, assume um papel de testemunha solidária ao possibilitar a narração dos testemunhos dessas mulheres que vivem em uma situação de privação de liberdade e que são deixadas à margem pela sociedade. A testemunha solidária

não é somente aquele que viu com seus próprios olhos, o historiador de Heródoto, a testemunha direta. Testemunha é aquele que não vai embora, que consegue ouvir a narração insuportável do outro e que aceita que suas palavras levem adiante, como num revezamento, a história do outro: não por culpabilidade ou por compaixão, mas porque somente a transmissão simbólica, assumida apesar e por causa do sofrimento indizível, somente essa retomada reflexiva do passado pode nos ajudar a não repeti-lo infinitamente, mas a ousar esboçar uma outra história, a inventar o presente. (GAGNEBIN, 2006, p.57)

2.2 Linha temporal das obras da literatura de cárcere nacional

Foram selecionadas 8 obras literárias cujas temáticas abordam a literatura de cárcere no sistema prisional brasileiro, o que exige passar por diferentes contextos e períodos históricos do país na busca por mapear a situação de cárcere brasileira, buscando seguir uma breve linha do tempo para as obras e inserindo-as em seu devido contexto, conforme veremos a seguir.

A linha temporal das obras selecionadas para esta pesquisa começa no período da ditadura da era Vargas, com um dos livros mais famosos e aclamados sobre cárcere no cenário nacional, de autoria do

famoso escritor romancista, cronista, contista, jornalista, político brasileiro Graciliano Ramos - preso no período da ditadura da era Vargas, no Rio de Janeiro no ano de 1936, bem antes de sua filiação ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), em 1945. Em seu romance, autobiográfico de memórias, intitulado *Memórias do Cárcere* (2003), publicado postumamente no ano de 1953, o autor narra suas memórias de quando ficou em condição de preso político. Foi preso primeiramente na cidade de Maceió, em março de 1936, e ficou detido, sem acusação formal, passando por prisões em Recife e no Rio de Janeiro. Enquanto esteve encarcerado, teve como companheiros de cela outras pessoas famosas do momento histórico da ditadura de Vargas, como Luís Carlos Prestes e Olga Benário Prestes.

Em *Ela e a Reclusão: o condenado poderia ser você* (1967), Vera Tereza de Jesus relata seu testemunho de vida, descreve sua infância complicada e suas passagens pelo cárcere ao longo das 300 páginas de seu livro. A autora relata que começou no mundo do crime durante a infância, aos 8 anos. Conforme descreve,

eu era uma pequenina revoltada, voluntariosa e de decisões próprias. Com essa idade eu já era uma refinada ladrazinha, roubava por necessidade a princípio, depois, por vício e hábito e, enfim, por profissão. Meus roubos eram dos menores aos maiores; era ambiciosa, gostava de lindos vestidos. Eu poderia ter escolhido outro caminho; mas infelizmente, não tinha apoio para conduzir-me a um caminho decente na vida. (JESUS, 1967, p.16)

Entre os 9 e 10 anos de idade, passou pelo Juizado de Menores, onde sofreu diversas violências, conseguiu fugir por um curto tempo da instituição, porém foi recapturada e sofreu mais violências, acabou ficando bastante doente e, após sua recuperação, foi levada a um manicômio. Durante sua vida, passou por diversos tipos de privação de liberdade e foi deixada à margem, longe de qualquer tipo de humanização, desde criança. O testemunho de Vera Tereza de Jesus é muito relevante para a literatura do cárcere feminino, principalmente por se tratar de uma mulher que sofreu na própria pele todo o descaso do Estado, e por ter a coragem de relatar sua experiência do cárcere, principalmente no contexto dos anos 60 durante o começo de um governo opressor.

Outra obra referente ao período ditatorial brasileiro é *K: relato de uma busca* (2014), do jornalista, escritor, professor e cientista político Bernardo Kucinski. Nesta obra o fato central gira em torno do desaparecimento de um casal militante da Ação Libertadora Nacional (ALN), a mulher é uma jovem professora de química da Universidade de São Paulo, e o homem um físico que trabalhava em uma empresa privada, dez anos após o início da Ditadura Militar brasileira. A professora chegou a ser demitida por ter sido acusada de ter abandonado seu trabalho na Universidade Federal de São Paulo, sendo que estava desaparecida.

Tega (2015), em sua Tese de Doutorado, buscou examinar os testemunhos de mulheres que fizeram parte da militância, que acabaram sendo sequestradas e violadas, que foram presas políticas e daquelas que tiveram suas vidas, de alguma maneira, atravessadas pelos horrores dos Terrorismos de

Estado do Brasil e da Argentina, na época das Ditaduras Militares que esses dois países tiveram.

Dando continuidade a linha temporal, elegemos algumas obras referentes ao período do boom da literatura de cárcere brasileira, começando por *Estação Carandiru*³, publicada em 1999, de autoria do médico e escritor Drauzio Varella. Este livro é resultado do trabalho de dez anos do médico como voluntário da Casa de Detenção de São Paulo, mais conhecida como Carandiru. Varella (1999) cita o seguinte ditado na introdução de seu livro: “segundo a malandragem: ‘Numa cadeia, ninguém conhece a moradia da verdade’” (VARELLA, 1999, p.10), que diz muito sobre a condição das leis que os presos seguem na cadeia que rege a convivência na instuição. Na referida obra, o autor relata a vida dos prisioneiros em meio a exposições de doenças, como a AIDS, superlotação, precariedade dos serviços prestados e a total desumanização dos presos. O médico relata por meio de seu narrador o seu trabalho na prevenção a AIDS no maior presídio da América Latina durante a década de 1990. O livro foi um sucesso de vendas, foi divulgado em diversos cadernos culturais de maior circulação no país, e foi traduzido para diversas línguas mundo, chegando até a ser adaptado para o cinema e televisão pelo roteirista e diretor Héctor Babenco.

Neste presídio ocorreu um dos maiores massacres carcerários. No dia 2 de outubro de 1992, a polícia militar invadiu o pavilhão 9 para deter a rebelião que já havia se rendido. No momento da invasão, os policiais assassinaram mais de 114 homens e torturam muitos outros, violando os direitos humanos dessas pessoas. Posteriormente, em 8 de março de 1993, o Ministério Público acusou 120 policiais militares de homicídio, tentativa de assassinatos e lesão corporal de 111 detentos, mas ninguém foi preso de fato. Em 2002 o pavilhão foi demolido, sendo substituído pelo Parque da Juventude.

A obra *Pavilhão 9 — Paixão e Morte no Carandiru* (2001)⁴ foi escrita pelo ex-presidiário, escritor e médico-cirurgião brasileiro Hosmany Ramos, que narra os terríveis acontecimentos sobre o massacre de centenas de presos que habitavam o Pavilhão 9 da Penitenciária do Carandiru. Hosmany relata que guardou esta obra com o testemunho de seu verdadeiro autor, um companheiro que conviveu com ele na prisão, em segredo até o desaparecimento de seu amigo. Além desse livro, o autor também escreveu e publicou oito livros durante o tempo em que esteve privado de liberdade, e um deles, intitulado *Marginália* (1987), foi inclusive lançado na França.

O médico cumpriu pena, de 1981 até 2016, por roubo de aviões, contrabando de automóveis, pelo assassinato de seu piloto pessoal, Joel Avon, e do estelionatário Firmiano Angel, e por sequestro. Em uma de suas fugas, após ser beneficiado por uma saída temporária no final do ano de 2008, saiu do país e acabou sendo preso na Islândia por ser pego com o passaporte do seu irmão. Ao cumprir pena na

³ A obra *Estação Carandiru* (1999) integra a trilogia de cárcere escrita por Drauzio Varella; as outras duas são: *Carcereiros* (2014) e *Prisioneiras* (2017)

⁴ O autor escreveu o livro enquanto estava em privação de liberdade, e seu livro foi lançado na Bienal do Livro do Rio de Janeiro em 2001, porém ele só pode participar do evento por videoconferência, pois não teve sua saída autorizada.

Islândia, Hosmany elogiou o sistema prisional do país e relatou que lá eles tem “um presídio digno, onde o preso pode ser recuperado, coisa que as autoridades brasileiras tinham que vir aqui para ver, com os próprios olhos, copiar o modelo e aplicar no Brasil”⁵.

Em *Cela forte mulher* (2004), Antônio Carlos Prado narra suas experiências com o trabalho voluntário desenvolvido durante sete anos em uma penitenciária. Inicialmente, tinha o intuito de montar e dirigir um jornal dentro do sistema carcerário feminino, entretanto, o projeto do jornal não vingou, mas trouxe a ele uma dimensão do abismo em que vivem as mulheres no presídios. Ou pelo menos, o autor pensou que tinha alcançado essa dimensão, pois em sua narrativa, um tanto quanto machista, podemos observar que segundo (SPIVAK, 2010) o lugar tradicionalmente reservado à mulher, legitimado pelo discurso hegemônico, é o do silenciamento. O autor retrata as mulheres privadas de liberdade de uma forma superficial, colocando a todo momento a sua visão deturpada em relação a elas. Essa visão nos revela, levando em conta os conceitos de Spivak (2010) e segundo a historiografia da subalternidade, questões como, a relação entre a mulher e o silêncio, bem como a relação de poder entre as diferenças de raça e de classe.

O último livro da trilogia do cárcere, do médico Drauzio Varella, é intitulado *Prisioneiras* (2017). Publicado em 2017, tem como foco narrar sua experiência de mais de onze anos de atendimento na Penitenciária Feminina da Capital de São Paulo, cuja população ultrapassa duas mil detentas. Esta é a obra mais recente sobre o sistema carcerário feminino brasileiro. Drauzio Varella narra as histórias de mulheres que acabam entrando para o mundo do crime, muitas vezes por conta de seus companheiros – muitas vezes tentando levar drogas aos companheiros nas penitenciárias masculinas durante os dias de visita – entretando quando presas são deixadas de lado sozinhas atrás das grades. Uma das grandes queixas das mulheres é o abandono familiar, tendo de enfrentar a solidão. O médico também relata de maneira franca, sem julgamentos morais, a dura realidade das presas. A referida obra tem muito em comum com a obra *Presos que menstruam* (2015), pois relatam a dura realidade das mulheres privadas de liberdade.

2.3 A autora Nana Queiroz e a quarta onda do feminismo

A escritora Nana Queiroz é bacharel em jornalismo pela USP, especialista em Relações Internacionais pela UnB e em direitos das mulheres por necessidade vital. Também é criadora da Campanha #NãoMereçoSerEstuprada, na qual, como forma de protesto, a autora tirou uma foto (fig. 1) sem a camiseta e com os braços tapando os seus seios. Nos seus braços estava escrito “eu não mereço

⁵ Entrevista na íntegra disponível em: <https://www.otempo.com.br/brasil/hosmany-vai-para-presidio-no-interior-de-sao-paulo-1.374277>. Acesso em: 25 de abril de 2021.

ser estuprada”. Essa campanha viralizou na internet obtendo a adesão de mais de 40 mil pessoas, que também acharam ultrajante o posicionamento da maioria dos entrevistados de uma pesquisa/ feita pelo Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (Ipea), os quais diziam acreditar que haveria menos estupros caso as mulheres soubessem como se comportar descentemente, além de dizerem que as mulheres que usam roupas sensuais e curtas mostrando seu corpo merecem ser abusadas.

Figura 1: Não mereço ser estuprada



Fonte : Igo Estrela/ÉPOCA, 2014.

Muitas dessas manifestações, como a Marcha das Vadias, a campanha Não mereço ser estuprada aconteceu na quarta onda do feminismo em meados de 2010, devido ao elevado número de assédios e crimes de violência sexual contra mulheres, sendo elas: crianças, adolescentes ou adultas. Segundo Santos (2021) a dita quarta onda feminista foi impulsionada,

Em 2011, replicando o movimento que protestou os casos de estupros nas universidades canadenses e a retaliação da polícia que culpabilizou as vítimas chamando-as de "vadias", o Brasil organizou a sua primeira Marcha das Vadias em cidades de Estados diferentes (BOGADO, 2018). No entanto, apesar de contar com muitas manifestantes nas ruas, foi no ambiente virtual que os protestos e denúncias contra as violências de gênero ganharam a atenção massificada.

A quarta onda do feminismo “[...] surge mediante o avanço das tecnologias de informação e comunicação, sendo usadas para contestar a misoginia, o sexismo, a LGBTfobia e vários tipos de desigualdades e violências de gênero” (SILVA, 2019, p. 22). As exposições e manifestações na internet são importantes para o movimento para desmitificar a cultura do estupro, posteriormente elas saem do virtual para o real, reforçando assim a luta feminista pela equidade de direitos.

Ocorreu uma exposição em Bruxelas, Bélgica, com o objetivo de refutar esse tipo de posicionamento que defende o estupro como culpa da mulher. Além de ser desumano culpabilizar a vítima, essa exposição teve o objetivo de mostrar, através das roupas que as vítimas de violência sexual estavam usando, que não importa a roupa que a mulher está usando, provocativa ou não, ela sofreu a

violência sexual. Ou seja, roupa provocativa não é um dos motivos que leva a crimes de violência sexual, e sim o fato do criminoso querer cometer o ato. Ou, será que alguma dessas mulheres, meninas e crianças são culpadas? A exposição intitulada “A culpa é minha?” traz roupas de crianças, meninas e mulheres que tiveram seus corpos violados e muitas chegaram a ter suas vidas ceifadas também. Por causa dessa cultura do estupro⁶, muitas mulheres, além de sofrerem violência sexual e terem que lidar com as sequelas desse ato, ainda se questionam se podem ter sido, de alguma forma, responsáveis pela agressão que sofreram por conta de alguma atitude ou de algo que estavam vestindo.

Figura 2: Foto da exposição “A culpa é minha?”



Fonte: Reprodução/Facebook/CCM - Centre Communautaire Maritime, 2016

No nosso país, segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, a estimativa é que ocorra um caso de estupro a cada 11 minutos – entretanto a subnotificação dos casos é bastante significativa e apenas 10% deles são levados à polícia. Isso ocorre porque, ainda, há a culpabilização da vítima, que muitas vezes não denuncia por medo e vergonha do que a sociedade vai pensar, quando na verdade há apenas um culpado pelo estupro - o estuprador.

Nana Queiroz também é fundadora da revista AzMina, referência em jornalismo feminista no Brasil. Em 2017, liderou a equipe premiada com o Troféu Mulher Imprensa de Melhor Projeto Jornalístico.

A ativista e escritora Nana Queiroz é bastante engajada nas temáticas do feminismo e na luta pelo direito das mulheres, como pode-se observar por meio do livro analisado neste TCC, assim como em outros livros escritos pela autora e por meio das suas redes sociais, como por exemplo o Instagram⁷, no qual a autora está sempre compartilhando as causas nas quais acredita serem dignas de luta.

A obra objeto de estudo deste trabalho foi originalmente postada em seu blog *Presos que*

⁶ Desde os anos 1970, a partir da segunda onda do feminismo, tem sido usado o termo “cultura do estupro”, para conceituar certos comportamentos culturais sutis ou explícitos que silenciam ou relativizam a violência sexual e colocam a culpa do ato violento na vítima.

⁷ O instagram da autora é @nana.queiroz

menstruam (disponível em <http://presosquemenstruam.blogspot.com/>) como forma de dar voz ao testemunho dessas mulheres que são deixadas a margem da sociedade, afim de denunciar o descaso que o Estado tem para com as mulheres privadas de liberdade.

Nana Queiroz também escreveu e publicou outros dois livros: *Eu, travesti: Memórias de Luísa Marilac* (2019), que foi lançado em 20 maio 2019 e *Você já é feminista! Duvida?* (2020) em 13 março 2020 após *Presos que Menstruam* (2015) e atualmente está escrevendo o seu terceiro livro solo sobre masculinidade tóxica. A autora se interessou por esse último tema após o nascimento do seu filho e está buscando escrever sobre esse tema para ajudar seu filho e outros homens a se livrarem das amarras da masculinidade tóxica.

A segunda obra escrita pela ativista foi escrita em parceria com Luísa Marilac. A obra é a biografia da travesti e ativista Luísa Marilac. Nesta obra, conhecemos a história de vida de Luísa Marilac, que nasceu em Minas Gerais e assumiu-se travesti quando tinha 17 anos. Nesta narrativa biográfica, é retratada a vida de Luísa e seus traumas associados à transição de gênero, que não é um processo fácil, ainda mais em uma família conservadora e de classe baixa. Luísa não teve uma vida nada fácil, ela foi abusada sexualmente na infância, foi esfaqueada aos 16 anos, e ainda foi vítima de tráfico sexual na Europa antes dos 20 anos. Teve que se prostituir, foi violada sexualmente e presa mais de uma vez. Apesar de todas essas violências que ela sofreu em sua vida, conseguiu se reerguer, viveu amores e sofreu grandes decepções também. Acolheu muitas mulheres como ela e perdeu tantas outras para o mundo das drogas e IST, principalmente para a brutal violência de gênero que a comunidade LGBTQI+ sofre.

Viralizou na internet por meio de um meme no qual a mesma estava em uma piscina e solta o famoso bordão “E disseram que eu estava na pior. Se isso é estar na pior... porra... imagina o que é estar bem”. Com esse vídeo, alcançou fama e visibilidade na internet e, atualmente, por meio do seu canal no Youtube, que possui mais de 110 mil inscritos, e do seu instagram, Luísa trabalha para ganhar sua vida e ajudar aos animais que resgata.

O Brasil, infelizmente ainda é um país no qual muitas travestis têm que lidar com a escassez de trabalho devido ao preconceito, restando a prostituição como único meio de trabalho. Além disso as travestis ainda tem que lidar com a esmagadora realidade de ter apenas 36 anos como índice de expectativa de vida. A ativista das travestis, Luísa, incessantemente trabalha para combater o preconceito com senso de humor e diálogo franco em suas redes sociais. Luísa Marilac, dedica sua biografia “a todas as travestis que nunca viveram para contar suas histórias”.

O terceiro livro publicado de Nana Queiroz é a segunda edição do livro *Você já é feminista! Duvida?* (2020), que foi organizado por ela e pela jornalista Helena Bertho, sua parceira na Revista AzMina. Nesta obra interativa, a leitora poderá fazer um teste para saber com que corrente do feminismo

ela se identifica mais, além de ter um glossário com termos sobre diversidade de gênero e de orientação afetivo-sexual e outros assuntos importantes para se incluir ou se aprofundar na luta pelos direitos das mulheres.

Em todas as obras que a ativista Nana Queiroz escreveu ou esteve envolvida tinham assuntos em comum sobre o universo plural das mulheres na luta pelos seus direitos em um país estruturalmente opressor, transfóbico e racista.

No próximo capítulo, será discutido um panorama da história do sistema prisional até os dias atuais, bem como a influência do sistema capitalista para a manutenção desse sistema, uma análise dos dados obtidos pelo *Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – 2020*, bem como a apresentação de alguns projetos que visam acabar com a pobreza menstrual.

3. VIOLÊNCIA SISTÊMICA: PANORAMA DA HISTÓRIA DO SISTEMA PENITENCIÁRIO

No presente capítulo, apresentamos um panorama geral da história das prisões a partir de algumas obras teóricas cuja temática de cárcere é o foco central, sendo elas: *Punishment and Social Structure* (1939)⁸, dos autores Rusche e Kirchheimer; *Surveiller et Punir: Naissance de la prison* (1975)⁹, do filósofo Michel Foucault; *Cárcere e Fábrica. As origens do Sistema Penitenciário. Séculos XVI- XIX* (2006), de autoria de Dario Melossi e Massimo Pavarini; *A miséria Governada Através do sistema Penal* (2006), do autor Alessandro de Giorgi; *Are prisons obsolete?* (2003)¹⁰, de autoria de Angela Davis; *Encarceramento em massa* (2019), de Juliana Borges.

Afunilando para a história do processo de cárcere feminino, foi analisada a obra de Silvia Federici, intitulada *Calibã e a Bruxa* (2017), na qual a autora faz a análise do sistema capitalista e a sua relação com o sistema patriarcal para compreender a misoginia que ainda caracteriza a prática institucional e as relações entre homens e mulheres. Para analisar os conceitos de racismo, tomou-se como base a obra intitulada *O que é racismo estrutural?* (2018), de autoria de Silvio Luiz de Almeida. Também foi feita uma apresentação e análise dos dados obtidos pelo Departamento Penitenciário Nacional por meio do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias no período de janeiro a junho de 2020 a fim de sabermos da realidade carcerária do país, bem como refletir sobre a pobreza menstrual sofrida por estas mulheres encarceradas e apresentar projetos cujo o objetivo é erradicar a pobreza menstrual dentro do sistema.

3.1 O surgimento da prisão

⁸ Obra traduzida para o português com o título *Punição e estrutura social* (2004).

⁹ Obra traduzida para o português com o título *Vigiar e Punir: O nascimento da prisão* (2002).

¹⁰ Obra traduzida para o português com o título *Estarão as Prisões Obsoletas?* (2020).

Em 1939, foi publicada a obra *Punishment and Social Structure* dos autores Rusche e Kirchheimer, pela Escola de Frankfurt e editada pela Columbia University Press de Nova York. Esta obra foi bastante relevante para a história dos estudos referentes à sociologia penal, principalmente dentro da abordagem marxista. Para os autores, o principal objetivo do sistema prisional desta época era o processo de ruptura do senso de identidade e comunhão entre as classes menos abastadas por meio do encarceramento em massa.

Outra obra que teve um grande impacto para os estudos sociológicos do cárcere foi a obra do filósofo francês, Michel Foucault, publicada originalmente em língua francesa, intitulada *Surveiller et Punir: Naissance de la prison* (1975), tendo como um dos conceitos principais o de microfísica da disciplinarização dos corpos.

A relevância da referida obra foi enorme e colaborou significativamente para alterar a maneira de pensar e de se fazer política social em toda região ocidental. Foucault ofertou a possibilidade de visibilidade para essa temática tão relevante e, a partir dela, foram surgindo diversas obras sobre o tema, desenvolvendo-se assim uma vasta literatura sobre questões ligadas ao cárcere, principalmente em língua inglesa, na qual também ocorreu a influência da obra da Escola de Frankfurt citada anteriormente, visto que essas obras tinham como objetivo contribuir para os estudos penais.

Na obra de autoria de Dario Melossi e Massimo Pavarini, sociólogos italianos, traduzida para a língua portuguesa com o título, *Cárcere e Fábrica. As origens do Sistema Penitenciário. Séculos XVI-XIX* (2006), os autores relatam a origem do sistema penitenciário que se deu por meio de casas de trabalho e casas de correção, no qual há o processo de articulação das formas de disciplina e produção das massas.

Entre o período da Idade Média até o começo da Idade Moderna, ou seja, no sistema pré-capitalista, a sociedade tinha a concepção de prisão enquanto instituição processual, na qual os indivíduos eram punidos geralmente com castigos corporais, penas capitais, entre outras formas de punição que não tinham como objetivo a privação de liberdade do indivíduo como forma de cumprimento da lei. As prisões nesta época serviam apenas para aprisionar os indivíduos e não como forma de puni-los pelos atos cometidos.

O escritor Giorgi, em sua obra *A miséria Governada Através do sistema Penal* (2006), relata que o capitalismo por meio do processo de acumulação do capital ao longo dos tempos contribuiu para o movimento de criminalização da pobreza. O autor também faz uma análise sobre o surgimento das casas de trabalho, citadas anteriormente por Melossi e Pavarini (2006), segundo Giorgi:

O cárcere tivera como antepassado a “casa de trabalho”, espécie de manufatura reservada às massas que, expulsas dos campos, afluíram para as cidades, dando lugar a

fenômenos que preocupavam as elites mercantis (e proto-capitalistas) da época: banditismo, mendicância, pequenos furtos e, last but not least, recusa a trabalhar nas condições impostas por essas elites. A casa de trabalho - um “proto-cárcere” que seria depois tomado como modelo da forma moderna do cárcere no período iluminista, isto é, quando ocorreu a verdadeira “invenção penitenciária” — não parecia ser outra coisa senão uma instituição de adestramento forçado das massas ao modo de produção capitalista; afinal, para elas, esse modo de produção era uma absoluta novidade. (GIORGI, 2006, p.13)

3.2 Encarceramento em massa

Partindo para obra de Angela Davis, professora de história da consciência na Universidade da Califórnia, ativista antiprisonal e militante, intitulada *Are prisons obsolete?* (2003), obra traduzida para *Estarão as Prisões Obsoletas?* (2020). Nesta obra Davis, problematiza o sistema prisional punitivo e suas raízes racistas com o intuito de gerar lucro dentro do sistema capitalista.

Para a sociedade, a prisão é um lugar destinado apenas às pessoas ruins, que são criminosos, pessoas que não merecem estar na sociedade, e que merecem ser punidas pelo mal que causaram. Devido ao racismo estrutural, ainda hoje persiste no imaginário coletivo da sociedade estadunidense e brasileira, que essas pessoas ruins, chamadas de criminosos, são pessoas não brancas, em sua maioria negras. Davis partindo desse pressuposto disserta que:

A prisão, dessa forma, funciona ideologicamente como um local abstrato no qual indesejáveis são depositados, livrando-nos da responsabilidade de pensar sobre as verdadeiras questões que afligem essas comunidades das quais os prisioneiros são oriundos em números tão desproporcionais. (DAVIS, 2003, p. 16-17)

Com o avanço da globalização e visando escapar da mão de obra sindicalizada do país, as corporações estadunidenses migram para países que ofereçam mão de obra barata, o que contribui para uma maior taxa de desemprego, contribuindo para um maior índice de pessoas que se tornam alvo para o mundo dos negócios ilícitos. Nos Estados Unidos, país que ocupa o primeiro lugar no ranking de maior população carcerária mundial, o encarceramento em massa é um projeto de lucrar em cima das pessoas encarceradas. As corporações associadas à indústria de punição junto com o sistema administrativo prisional lucram muito com o crescimento da população carcerária. Esses fatos têm contribuído para o aumento da população carcerária e com isso:

A prisão se tornou um buraco negro no qual são depositados os detritos do capitalismo contemporâneo. O encarceramento em massa gera lucros enquanto devora a riqueza social, tendendo, dessa forma, a reproduzir justamente as condições que levam essas pessoas à prisão. (DAVIS, 2003, p.17)

Segundo Davis (2003), aqueles que defendem o fim das prisões são rejeitados como idealistas e utópicos cujas ideias são, na melhor das hipóteses, pouco realistas e impraticáveis e, na pior delas,

ilusórias e tolas. A autora relata que os ativistas antiprisionais na verdade lutam para que haja melhorias no sistema prisional e que reformas sejam realizadas para a garantia da dignidade da pessoa privada de liberdade.

No que diz respeito a reforma prisional para Foucault, é importante,

lembrar que o movimento para reformar as prisões, para controlar seu funcionamento, não é um fenômeno tardio. Não parece nem mesmo ter se originado de um reconhecimento de fracasso. A “reforma” prisional é mais ou menos contemporânea a própria prisão: constitui, por assim dizer, seu programa. (FOUCAULT, 2013, p.234)

Na obra *Encarceramento em massa* (2019), de Juliana Borges, a autora problematiza como o racismo estrutural está ligado ao encarceramento em massa. Segundo Borges, é essencial que seja levado em consideração as questões de gênero e raça para analisar o encarceramento em massa feminino pois,

por serem corpos historicamente perpassados pelo controle e pela punição, devido ao passado escravocrata brasileiro, discutir encarceramento articulado à questão de gênero passa por abarcar diversos e complexos fatores. (BORGES, 2019, p. 20)

É importante pensar que essas mulheres não são apenas privadas de liberdade, são deixadas à margem pela sociedade que já não as enxergava, para Borges:

Além da privação de liberdade, ser encarcerado significa a negação de uma série de direitos e uma situação de aprofundamento de vulnerabilidades. Tanto o cárcere quanto o pós encarceramento significam a morte social desses indivíduos negros e negras que, dificilmente, por conta do estigma social, terão restituído o seu status, já maculado pela opressão racial em todos os campos da vida, de cidadania ou possibilidade de alcançá-la. (BORGES, 2019, p. 21)

Além desses conceitos, é preciso refletir sobre as formas de racismos presentes na nossa sociedade. Segundo o escritor Silvio de Almeida, há três concepções de racismo, sendo elas: individual, institucional e estrutural. Segundo a concepção individualista, para Almeida,

o racismo, é concebido como uma espécie de “patologia”. Seria um fenômeno ético ou psicológico de caráter individual ou coletivo, atribuído a grupos isolados; ou ainda, a uma “irracionalidade”, a ser combatida no campo jurídico por meio da aplicação de sanções civis – indenizações, por exemplo – ou penais. Sob este ângulo, *não haveria sociedades ou instituições racistas, mas indivíduos racistas, que agem isoladamente ou em grupo*. Desse modo, o racismo, ainda que possa ocorrer de maneira indireta, manifesta-se, principalmente, na forma de discriminação direta. Por tratar-se de algo ligado ao comportamento, a educação e conscientização sobre os males do racismo, bem como o estímulo a mudanças culturais serão as principais formas de enfrentamento do problema. (ALMEIDA, 2018, p.28)

Para Almeida, é necessário refletir acerca da concepção de racismo institucional, tendo em vista

que,

o racismo não se resume a comportamentos individuais, mas é tratado como o resultado do *funcionamento* das instituições, que passam a atuar em uma dinâmica que confere, ainda que indiretamente, desvantagens e privilégios a partir da raça. (ALMEIDA, 2018, p.29)

O autor versa também acerca do conceito de racismo estrutural, que para ele:

demonstra que o racismo transcende o âmbito da ação individual, e, frisa a dimensão do poder como elemento constitutivo das relações raciais, mas não somente o poder de um indivíduo de uma raça sobre outro, mas de um grupo sobre o outro, algo possível quando há o controle direto ou indireto de determinados grupos sobre o aparato institucional. Assim como a instituição tem sua atuação condicionada a uma estrutura social previamente existente – com os conflitos que lhe são próprios –, o racismo que esta instituição venha a expressar é também parte desta mesma estrutura. As instituições são apenas a materialização de uma estrutura social ou de um modo de socialização que tem o racismo como um de seus componentes orgânicos. Dito de modo mais direto: as instituições são racistas porque a sociedade é racista. (ALMEIDA, 2018, p.36)

Precisamos refletir sobre essas concepções de racismo para que possamos combater essas formas de dominação, seja ela: individual, intitucional ou estrutural. Para construirmos uma sociedade melhor, com mais equidade e menos desigualdades.

3.3 O surgimento da prisão e o controle de massas por meio da mídia

As prisões existem por uma série de razões e as relações que fortalecem o sistema prisional, principalmente nos Estados Unidos da América, são as ligações entre grandes corporações, governo, comunidades correcionais e a mídia. A mídia tem como papel principal a formação de concepções ideológicas que legitimam diversas formas de dominação da sociedade. A partir das mídias de massa que se constrói o processo de formação da opinião pública. Segundo Lima (2005), há um conceito importante para entender essa relação por meio do modelo cascata que é “o resultado de um fluxo linear de informações do topo da pirâmide social até as ditas classes populares”. Ou seja, o grupo das elites sociais e econômicas está no topo deste modelo de cascata, logo abaixo, os grupos das elites políticas, seguida pelos formadores de opinião, e por último o restante da população que recebe as informações de acordo com o interesse dos referidos grupos anteriores.

Pierre Bourdieu, em sua obra intitulada *Sobre a televisão (1997)*, analisa a influência do jornalismo para versar acerca do conceito de violência simbólica projetada pela TV nos indivíduos, buscando fazer a relação deste conceito com a violência desses meios de comunicação para com as pessoas em privação de liberdade. Segundo o sociólogo francês, a TV atua como uma espécie de

instrumento cujo objetivo é a criação de uma realidade. Tendo em vista esse fato, move-se “cada vez mais rumo a universos em que o mundo social é descrito e prescrito pela TV” (BORDIEU, 1997, p.32). No Brasil, temos diversos programas de temáticas policiais de cunho sensacionalista como Cidade Alerta, Brasil Urgente, entre outros, que visam criminalizar a sociedade mais pobre, colaborando para a manutenção da cultura de extermínio desta parcela da sociedade da periferia, enquanto os criminosos de colarinho branco têm um tratamento completamente diferente.

Atualmente a internet tem conquistado um papel significativo por meio das redes sociais, levando diferentes pautas políticas e sociais para a sociedade. Em meados dos anos 2000, já se afirmava que “a nova mídia nos tornará individual e coletivamente mais livres e mais competentes para lidar com os complexos problemas da democracia pós-industrial” (DIZARD, 2000, p.105).

Para Bourdieu (1997), há uma violência simbólica projetada pela mídia e pelos meios de comunicação quando enfatizam determinadas situações ou acontecimentos com o objetivo de manipular as informações e influenciar a população.

3.4 A influência do capitalismo e do patriarcado no sistema prisional

Silvia Federici (2017), professora e feminista autonomista, buscou fazer uma análise da história das mulheres na transição do feudalismo para o capitalismo, dando visibilidade para às mulheres que foram tratadas como bruxas e queimadas nas fogueiras.

Segundo Federici (2017), "a caça às bruxas aparece raramente na história do proletariado", essa invisibilidade que os historiadores dão a esse genocídio histórico provavelmente ocorre pelo fato da maioria das vítimas no continente Europeu serem mulheres do campo sem muitos bens materiais. Essa tentativa de apagamento contribuiu significativamente para banalizar a forma brutal como essas mulheres eram tratadas e inclusive torturadas e assassinadas friamente sendo queimadas em fogueiras. A autora problematiza a forma que os corpos foram transformados em máquinas, ganharam destaque, principalmente sendo sujeitados as violências, racializados, genereficados pelo sistema capitalista. Em sua obra *Calibã e a Bruxa* (2017), Federici faz uma análise sobre o sistema capitalista e sua relação do sistema com o patriarcado para compreender a misoginia que ainda caracteriza a prática institucional e as relações entre homens e mulheres. As análises que foram feitas pela pesquisadora, levam em consideração a diferença de gênero, classe e raça para analisar os corpos do sujeito.

Em decorrência da transição do feudalismo para o capitalismo, as mulheres se viam cada vez mais à margem do sistema, por isso se organizaram e realizaram motins para garantir e defender seus direitos em relação as suas vidas e seus corpos. No entanto, cada vez mais tinham seus direitos cerceados e eram privadas de sua liberdade de escolha, até de manutenção ou prevenção da gravidez. Às mulheres

foram destinadas apenas os papéis de cuidadoras do lar, reprodutoras e esposas. Federici (2017) explica esses fatos por meio do conceito de patriarcado do salário, no qual relata que as mulheres eram submetidas a total dependência dos homens, já que não tinha como trabalhar, e não podiam sequer possuir heranças. Um agente importante é a relação de poder entre o Estado e Igreja que atuou fortemente na proibição e perseguição das mulheres que tentavam subverter o sistema. Para o sistema existiam dois tipos de mulheres, as que deveriam ser perseguidas e exterminadas e as que deveriam ser protegidas e conservadas.

Desde a época das caças às bruxas, as mulheres são tratadas de forma misógina. Na época, além de toda a violência que sofriam, caso fossem presas, ainda eram condenadas a pagar as despesas durante sua estadia na prisão, e caso não tivessem condições, “os custos do julgamento de uma bruxa eram pagos pelos parentes da vítima, mas “quando a vítima não tinha um centavo” eram custeados pelos cidadãos do povoado ou pelo proprietário de terras” (ROBBINS, 1959, p. 114). E “os julgamentos por bruxaria eram custosos, já que podiam durar meses e se tornar uma fonte de trabalho para muita gente” (ROBBINS, 1959, p. 111). A autora de *Calibã e a Bruxa* (2017), relata que ainda que, “os pagamentos pelos “serviços” e as pessoas envolvidas — o juiz, o cirurgião, o torturador, o escriba, os guardas —, inclusive suas refeições e o vinho, estavam descaradamente incluídos nos arquivos dos processos, ao que é preciso agregar o custo das execuções e o de manter as bruxas na prisão.” (FEDERICI, 2017, p. 298)

Em sua obra, Federici cita que milhares de mulheres foram brutalmente assassinadas acusadas de bruxaria. O número não se sabe ao certo devido à escassez de dados históricos, mas estima-se que tenha sido mais de 200 mil mulheres. A pesquisadora Anne Llewellyn Barstow relata que não se sabe ao certo quantas dessas mulheres foram executadas ou morreram pelas torturas que sofreram, além de dizer que:

Muitos arquivos não enumeravam os vereditos dos julgamentos [...] [ou] não incluem as mortas na prisão [...] Outras levadas ao desespero pela tortura se suicidaram nas celas [...] Muitas bruxas acusadas foram assassinadas na prisão [...] Outras morreram nos calabouços pelas torturas sofridas. (BARSTOW, 1995, p. 22-23)

Esta obra aborda temáticas relevantes para a construção da história da mulher na sociedade capitalista, fazendo essa importante análise sobre a dominação do corpo das mulheres como terreno de exploração e o modo como essas mulheres, apesar de todos os meios de dominação do patriarcado, conseguiam reunir forças para resistir a esse sistema que tentava de todas as formas as reprimir. O corpo do sujeito mulher tem uma grande importância em todos os seus aspectos, sendo eles, na maternidade, na sexualidade e no parto, para a teoria feminista. Segundo Federici, sua obra “explica como para as mulheres o corpo pode ser tanto uma fonte de identidade quanto uma prisão, e por que ele tem tanta importância para as feministas, ao mesmo tempo que é tão problemática a sua valoração.” (FEDERICI,

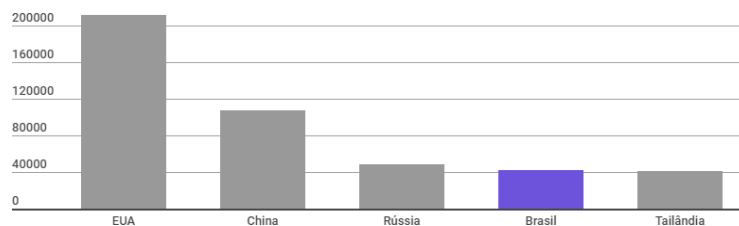
2017, p.34)

3.5 Análise dos dados do sistema prisional brasileiro

A situação das mulheres privadas de liberdade no Brasil é bem preocupante, principalmente na atual conjuntura histórica em que vivemos, uma pandemia mundial do covid-19. Se antes da pandemia as presas já experienciavam a escassez de produtos básicos de higiene pessoal, em uma pandemia a tendência é piorar.

Os países com maior população prisional feminina de acordo com o Infopen Mulheres de junho de 2016, são: Estados Unidos, com pouco mais de 211.870 mil mulheres, a China com 107.131 mil mulheres, a Rússia com 48.478 mulheres. O Brasil ocupa a quarta posição no gráfico de países com maior população carcerária, como pode ser observado na figura abaixo.

Figura 3: Países com maior população prisional feminina.



Fonte: Infopen Mulheres, junho de 2016.

De acordo com os dados apresentado acima, o Brasil ocupa o quarto lugar no quesito de população carcerária. Entretanto, o país ocupa o primeiro lugar em evolução nas taxas de ocorrência de prisões. Ao compararmos os dados de 2000 a 2016, o número de mulheres encarceradas teve um aumento de 567%.

A taxa de suicídio entre as mulheres privadas de liberdade é aproximadamente 20 vezes maior que a média nacional, segundo os dados do Infopen Mulheres 2018.

O índice de ocupação de prisões femininas é de 156%, segundo os dados do Infopen Mulheres 2018.

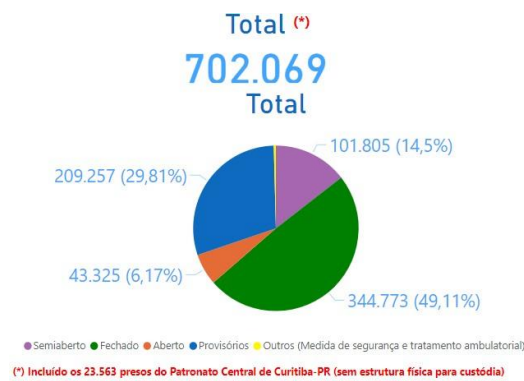
Segundo Stanley, em sua obra *Visions of Social Control (1985)*, há propensão do sistema correccional de amplificar o território prisional e de seguir a lógica de estocagem de presos.

A análise a seguir foi feita com base nos dados do Departamento Penitenciário Nacional por meio do *Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias*, do período de janeiro a junho de 2020. Neste levantamento constam as: informações gerais; Informações Criminais; Saúde no Sistema

Prisional; Ações de Reintegração e Assistência Social; População estrangeira; Ações de Reintegração e Assistência Social; Mulheres e Grupos Específicos; Monitoramento Eletrônico.

Referente ao tópico intitulado Informações Gerais, temos os seguintes dados de acordo com duas bases de dados: a primeira base de dados foi levantada sem considerar as informações das unidades de monitoramento eletrônico, totalizando um montante de 702.069 pessoas privadas de liberdade, seja em condições de regime semiaberto, fechado, aberto, provisório e outros, conforme ilustrado na Figura 4.

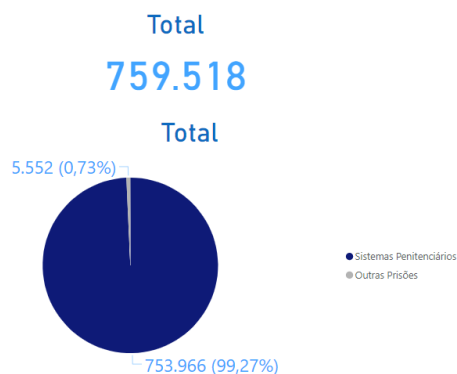
Figura 4: Informações gerais sem a consideração dos dados das unidades de monitoramento eletrônico.



Fonte: Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias - 2020

A segunda base de dados considera as informações das unidades de monitoramento eletrônico e Patronato Central de Curitiba, totalizando 759.518 pessoas privadas de liberdade, das quais 99,27% ocupam os sistemas penitenciários e 0,73% outras prisões, conforme ilustrado na Figura 5.

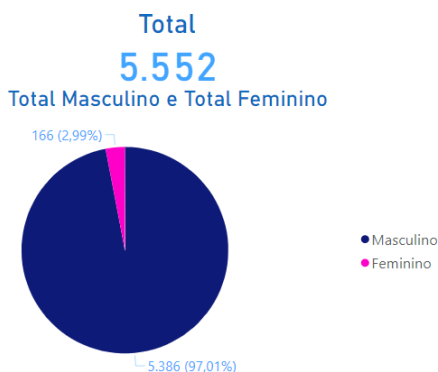
Figura 5: Informações gerais considerando os dados das unidades de monitoramento eletrônico.



Fonte: Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – 2020.

Da parcela integrante do grupo “outras prisões”, 97,01% dos participantes são do sexo masculino, enquanto que 2,99% são do sexo feminino, conforme apresentado na Figura 6.

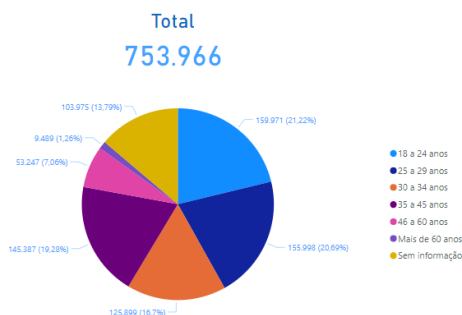
Figura 6: Total de presos do sexo masculino e feminino pertencentes ao grupo “outras prisões” destacado na Figura 5.



Fonte: Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – 2020.

Para o grupo “sistemas penitenciários”, a classificação disponibilizada no sistema que diz respeito a faixa etária dos integrantes, divididos em grupos de 18 a 24 anos (21,22%); 25 a 29 anos (20,69%); 30 a 34 anos (16,7%); 35 a 45 anos (19,28%); 46 a 60 anos (7,06%); mais de 60 anos (1,26%); por fim, tem-se um grupo referente aos integrantes sobre os quais não foi possível extrair informações a respeito de sua idade, compondo 13,79% da parcela total, conforme visualizado na Figura 7.

Figura 7: População prisional por faixa etária.

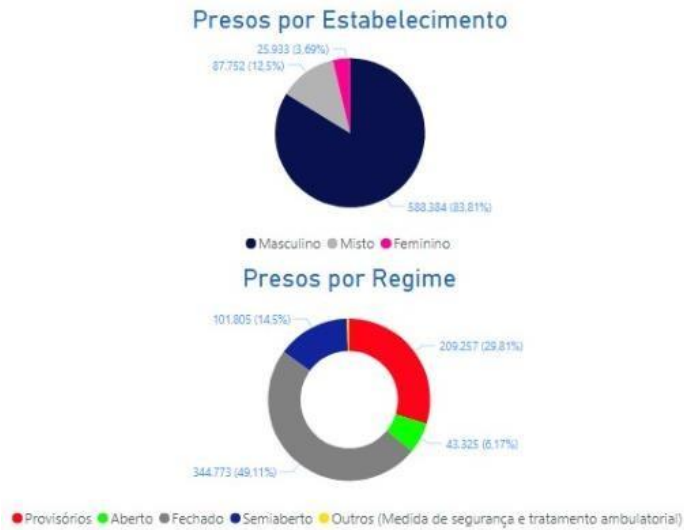


Fonte: Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – 2020.

Na figura 8 constam os dados obtidos da população prisional por estabelecimento em duas categorias, sendo elas: presos por estabelecimento e presos por regime. Na primeira categoria, constam 25.933 indivíduos, o que representa cerca de 3,69% em estabelecimentos reservados para pessoas do gênero feminino; para estabelecimentos mistos, tem-se 87.752 pessoas, o que representa cerca de 12,5% do total estimado e; por fim, 588.384 pessoas se encontram em estabelecimentos destinados para o público masculino, representando cerca de 83,31% do total avaliado. Na segunda categoria, constam as seguintes informações sobre os presos por tipo de regime, 101.805 (14,5%) em regime semiaberto,

209.257 (29,81%) em regime provisório, 344.773 (49,11%) em regime fechado, 2.909 (0,41%) correspondente a outros (medida de segurança e tratamento ambulatorial) e 43.325 (6,71%) em regime aberto.

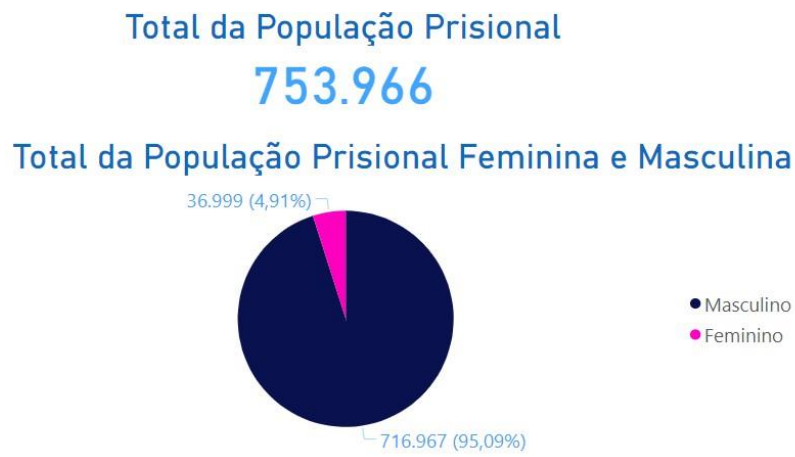
Figura 8: População prisional por estabelecimento.



Fonte: Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – 2020.

Ainda dentro do grupo “sistemas penitenciários”, tem-se a informação acerca da população prisional por gênero, no qual 95,09% dos participantes são do sexo masculino, enquanto 4,91% são do sexo feminino, conforme apresentado na Figura 9.

Figura 9: Total de presos do sexo masculino e feminino pertencentes ao grupo “sistemas penitenciários” destacado na Figura 5.

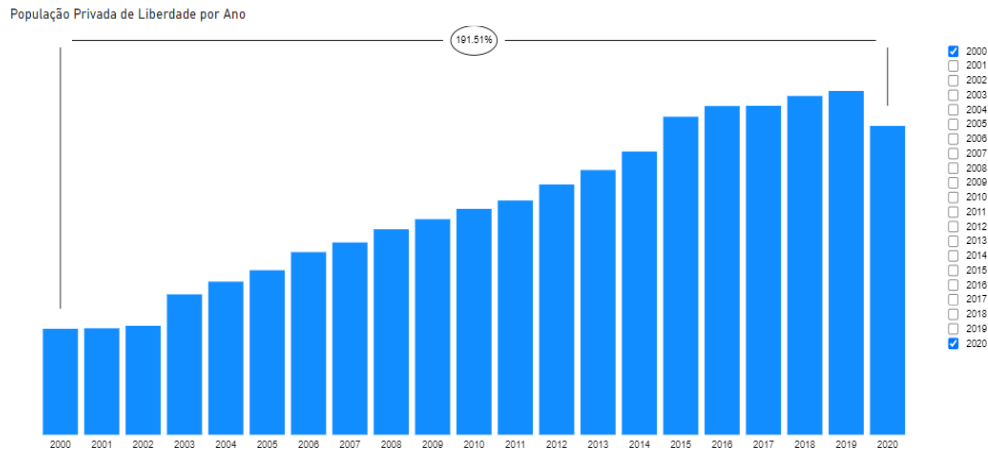


Fonte: Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – 2020.

A população prisional aumentou cerca de 191,51% entre os anos de 2000 a 2020 segundo os

dados obtidos pelo Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias, como pode ser observado na Figura 10.

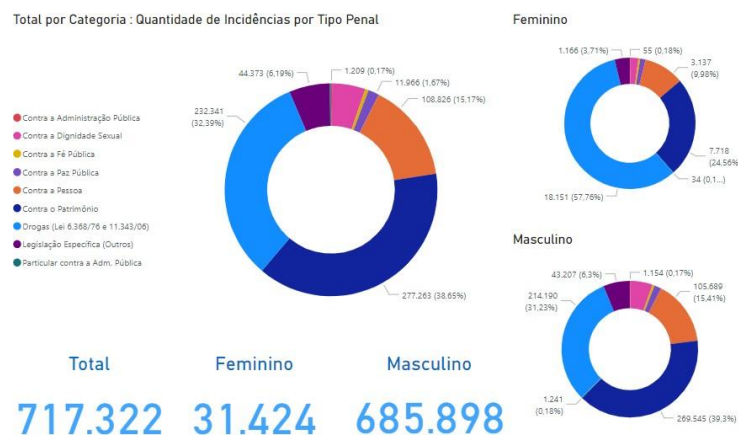
Figura 10: Crescimento da população prisional entre os anos de 2000 e 2020.



Fonte: Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – 2020.

Referente ao tópico informações criminais (figura 11), temos o total de 717.322 presos, excluindo-se aqueles que não estão sob tutela dos Sistemas Penitenciários e contando com os dados das unidades de monitoramento eletrônico. Desse total, 31.424 pessoas são do gênero feminino, enquanto que 685.898 pessoas são do gênero masculino. Nota-se que a maioria das incidências de pessoas do gênero feminino são devido a atos ligados a tráfico de drogas.

Figura 11: Quantidade de incidências por tipo penal.



Fonte: Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – 2020.

Ainda neste tópico, encontram-se as seguintes informações referentes aos dados da população prisional por tempo total das penas de pessoas do gênero masculino, excluindo-se os presos que não

estão sob tutela dos Sistemas Penitenciários e com dados das Unidades de Monitoramento Eletrônico, como pode ser observado na Figura 12.

Figura 12: População prisional por tempo total das penas de pessoas do gênero masculino.



Fonte: Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – 2020.

Encontra-se no referido tópico, depois das informações sobre população prisional por tempo total das penas de pessoas do gênero masculino, as seguintes informações referentes aos dados da população prisional por tempo total das penas de pessoas do gênero feminino, excluindo-se os presos que não estão sob tutela dos Sistemas Penitenciários e com dados das Unidades de Monitoramento Eletrônico, como pode ser observado na Figura 13.

Figura 13: População Prisional por Tempo Total das Penas de Pessoas do Gênero Feminino.



Fonte: Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – 2020.

Referente aos dados do tópico Monitoramento eletrônico, na figura 14 constam os dados da população por gênero que está sob monitoramento eletrônico, sendo 45.511 do gênero masculino e 6.386 do gênero feminino, entre outras informações sobre esta população.

Figura 14: População prisional em monitoramento eletrônico.

Capacidade Contratada x Equipamentos Utilizados



População por Gênero

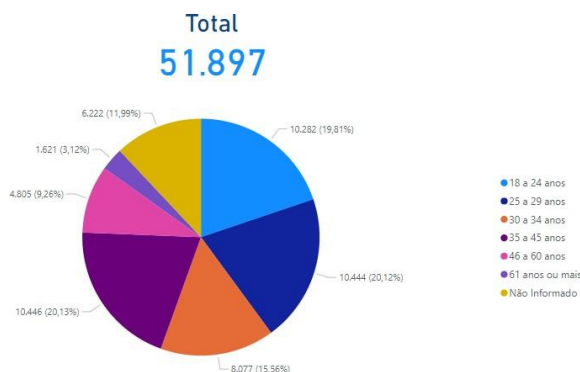
Masculino	Feminino
45.511	6.386

Obs1: AL e RS utilizam equipamentos sob demanda, não possuem estoque.
Obs2: SP possui contrato para semi-aberto, os presos saem durante o dia e retornam a noite para a unidade. Dessa forma, esse gráfico mostra apenas os presos que cumprem pena fora do estabelecimento prisional, conforme ordem judicial.

Fonte: Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – 2020.

Na figura 15 constam as informações sobre a faixa etária da população prisional em monitoramento eletrônico, para a qual há um total de 51.897 pessoas, sendo elas: 10.282 (19,81%) entre 18 a 24 anos, 10.444 (20,12%) entre 25 a 29 anos, 8.077 (15,56%) entre 30 a 34 anos, 10.446 (20,13%) entre 35 a 45 anos, 4.805 (9,26%) entre 46 a 60 anos, 1.621 (3,12%) entre 61 anos ou mais, 6.222 (11,99%) cuja a idade não foi informada. Nota-se que a faixa etária dos 18 aos 45 anos concentra o maior número da população prisional. Com esses dados percebemos que esta população é de mulheres que geralmente estão em período de menstruação e por isso necessitam de absorventes para a manutenção da sua higiene íntima pessoal.

Figura 15: Faixa etária da população prisional em monitoramento eletrônico.



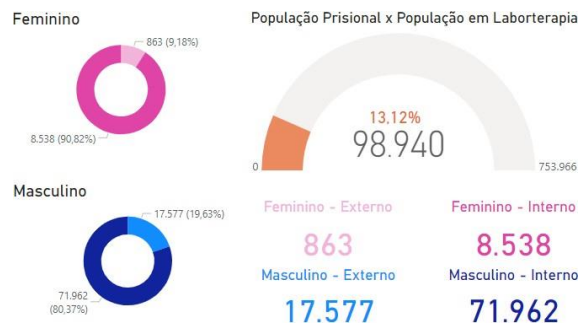
Fonte: Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – 2020.

Referente aos dados da população estrangeira em privação de liberdade no Brasil, há um total de 1.925 pessoas, sendo elas: do continente africano um total de 302 pessoas, sendo 36 do pessoas gênero feminino e 266 pessoas do gênero masculino; do continente americano um total de 1.424 pessoas, sendo 187 pessoas do gênero feminino e 1.237 pessoas do gênero masculino; do continente asiático um total de 80 pessoas, sendo 7 pessoas do gênero feminino e 73 pessoas do gênero masculino;

do continente europeu um total de 118 pessoas, sendo 16 pessoas do gênero feminino e 102 pessoas do gênero masculino. Por fim, referente a população de estrangeiros da Oceania em privação de liberdade no Brasil, o total de 1 pessoa, sendo ela do gênero masculino.

No tópico Ações de Reintegração e Assistência Social, encontram-se as informações acerca da População prisional em programa laboral como pode ser observado na figura 16.

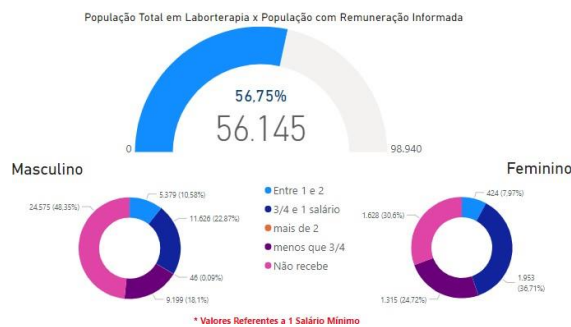
Figura 16: População prisional em programa laboral.



Fonte: Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – 2020.

Referente as informações acerca da população prisional por remuneração, como pode ser observado na figura 17, a grande maioria das pessoas em privação de liberdade não recebe nenhum tipo de remuneração. E a população que está em laborterapia¹¹ chega a receber até 2 salários mínimos. Ou seja, essas pessoas não tem fonte de renda e conseqüentemente não tem como se sustentar dentro do sistema, por isso o estado deveria possibilitar que essas pessoas tenham acesso ao itens básicos para sobrevivencia.

Figura 17: População prisional por remuneração.



Fonte: Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – 2020.

Referente aos dados de escolaridade das pessoas em situação de privação de liberdade em atividade educacional, encontramos os seguintes dados apresentados na figura 18. Nota-se que 23.428

¹¹ *Laborterapia* é o tratamento de doenças psicoemocionais através do trabalho, terapia ocupacional.

peessoas conseguiram a remição da sua pena por meio do estudo e do esporte, 738 pessoas conseguiram adentrar ao ensino superior, 15.180 estão cursando o ensino médio, 31.066 o ensino fundamental e 9.765 pessoas estão sendo alfabetizadas. São números baixos comparados ao universo de pessoas que estão em privação de liberdade, os projetos de ressocialização por meio do estudo devem ser ampliados para que as pessoas privadas de liberdade tenham oportunidades ao sair do sistema prisional.

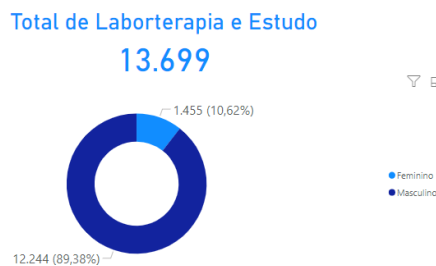
Figura 18: População prisional em atividade educacional.



Fonte: Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – 2020.

Na figura 19, encontram-se os dados referentes a População prisional em atividades laborais e educacionais simultaneamente.

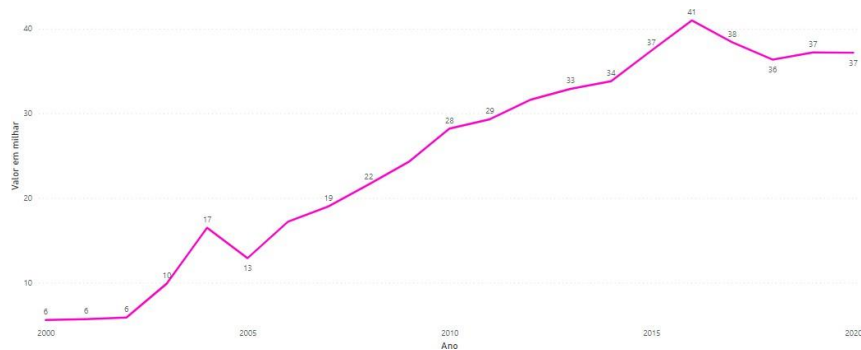
Figura 19: População prisional em atividades laborais e educacionais simultaneamente.



Fonte: Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – 2020.

Dando continuidade à análise dos dados do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (2020), apresentaremos o tópico intitulado Mulheres e Grupos Específicos. Na figura 20, notamos que a curva de aprisionamento feminino entre os anos de 2000 e 2020 cresceu bastante, o que comprova o projeto de encarceramento em massa da população feminina.

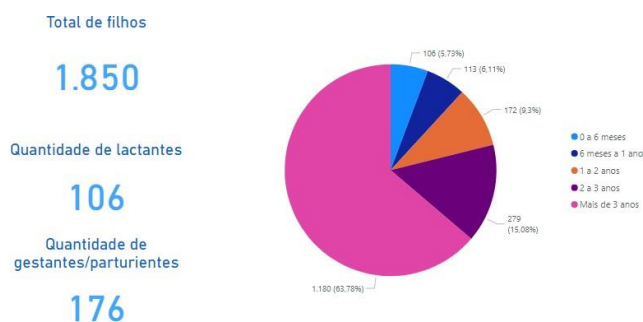
Figura 20: Curva de aprisionamento feminino entre os anos de 2000 e 2020.



Fonte: Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – 2020.

Na figura 21, notamos que muitas dessas mulheres em privação de liberdade estão gestantes, parturientes, ou são mães, e que cerca de 1.850 crianças estão no estabelecimento prisional.

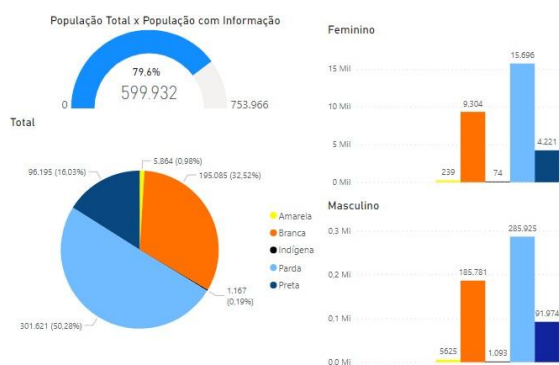
Figura 21: Faixa etária dos filhos que estão no estabelecimento.



Fonte: Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – 2020.

Na figura 22, encontram-se os dados referentes à composição da população por Cor/Raça no sistema prisional. Nota-se que a maioria da população é não branca.

Figura 22: Composição da população por Cor/Raça no sistema prisional.

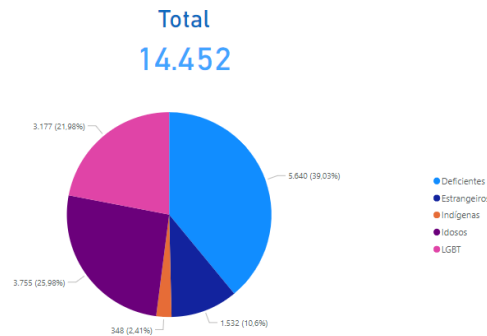


Fonte: Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – 2020.

Na figura 23, encontram-se as informações sobre as vagas destinadas exclusivamente para

grupos específicos, sendo 14.452 no total e divididas entre as pessoas com deficiência, estrangeiros, indígenas, idosos e para a comunidade LGBT.

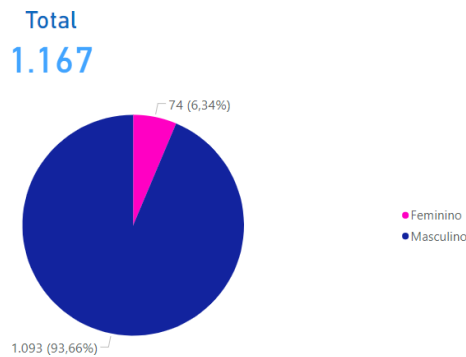
Figura 23: Vagas destinadas exclusivamente para grupos específicos.



Fonte: Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – 2020.

Entre a população indígena, a maioria das pessoas em privação de liberdade são homens, como pode ser observado na figura 24.

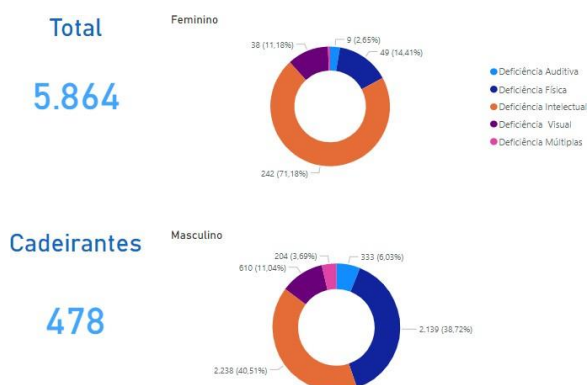
Figura 24: População indígena.



Fonte: Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – 2020.

Referente aos dados de acessibilidade no sistema prisional, encontramos um total de 5.864 pessoas com algum tipo de deficiência em situação de privação de liberdade, conforme apresentado na figura 25.

Figura 25: Acessibilidade.



Fonte: Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – 2020.

Na figura 26 são apresentados os dados do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias referente à estrutura física reservada para a área da saúde:

Figura 26: Saúde – estrutura física.



Fonte: Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – 2020.

Na figura 27, encontramos os dados sobre as equipes e estrutura física das maternidades em estabelecimentos prisionais. São números baixos considerando o universo de mulheres em unidades penitenciárias.

Figura 27: Maternidade – equipes e estrutura física.

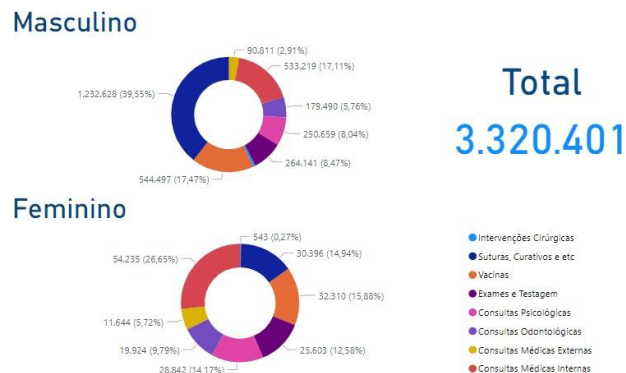


Fonte: Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – 2020.

Todo o sistema penitenciário, sendo ele masculino, feminino ou misto, contam com a seguinte equipe de saúde: 836 dentistas; 399 técnicos odontológicos; 1.534 enfermeiros; 868 clínicos gerais; 2.603 auxiliares e técnicos enfermagem; 1.207 psicólogos; 258 psiquiatras; 135 terapeutas ocupacionais e; 71 médicos de outras especialidades.

Na figura 28 constam as informações sobre os procedimentos realizados em pessoas privadas de liberdade do gênero masculino e feminino de janeiro a junho de 2020.

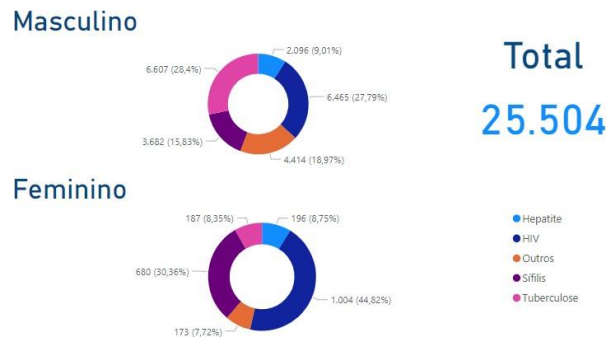
Figura 28: Saúde – procedimentos.



Fonte: Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – 2020.

Em relação aos tipos de patologias em tratamento no sistema penitenciário, encontram-se as informações de que 25.504 pessoas têm patologias, como pode ser observado na figura 29.

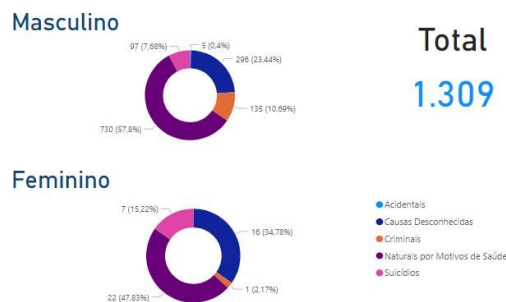
Figura 29: Saúde – patologias.



Fonte: Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – 2020.

Por fim, nos dados encontrados referente a mortalidade nos sistemas prisionais (figura 30), tem-se um total de 1.309 pessoas, sendo as mortes divididas nas categorias: acidentais, causas desconhecidas, criminais, naturais por motivos de saúde, e suicídio.

Figura 30: Mortalidade nos sistemas prisionais.



Fonte: Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – 2020.

No Brasil, atualmente existem aproximadamente 38 mil mulheres em situação de privação de liberdade. Segundo pesquisas feitas pelo Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – 2020, ocorreu um aumento de mais de 650% da população carcerária feminina desde os anos 2000.

3.6 Projetos de ressocialização feminina em presídios brasileiros

O Brasil é um país que está bem atrasado em relação ao direito penal quando comparado a países mais desenvolvidos. Este atraso impacta diretamente a ressocialização das pessoas que estão em situação de privação de liberdade.

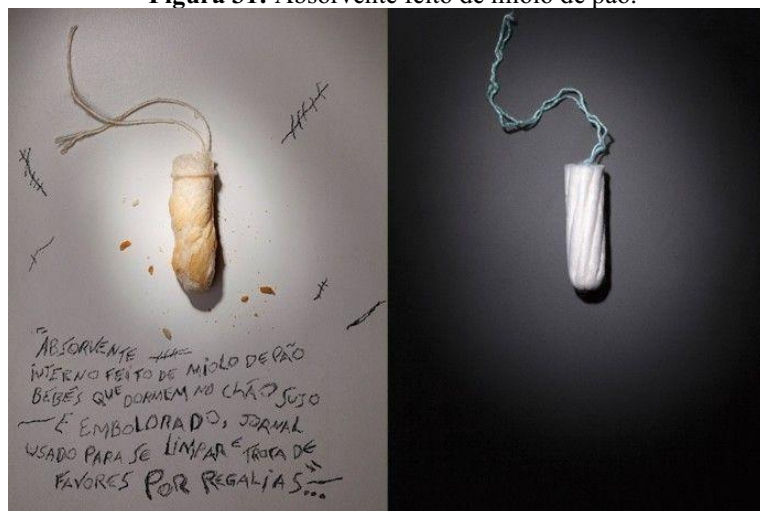
A primeira penitenciária feminina foi criada por freiras da Igreja Católica em 1937 na cidade de Porto Alegre e recebeu o nome de Penitenciária Madre Pelletier. Esta penitenciária não era destinada apenas para mulheres que cometeram delitos e sim a todas as mulheres “desajustadas” da sociedade. Na década de 30, o conceito de mulheres desajustadas era bem problemático. As mulheres englobadas neste

conceito eram as que não se encaixavam no modelo estabelecido como certo para a sociedade patriarcal, sendo elas: prostitutas, mulheres em situação de rua, mulheres de personalidade forte, e mulheres que não aceitavam se casar com quem a família estabelecia. Segundo Queiroz, “Ela foi construída e inicialmente recebeu o nome de Instituto Feminino de Readaptação Social” (QUEIROZ, 2015), pois tinha o intuito de reabilitação. Porém, que tipo de reabilitação seria essa? Será que essas mulheres precisavam desse tipo de reabilitação, ou a sociedade como um todo precisava tornar-se menos machista e misógina e aceitar as pessoas como elas são? Ao longo da história, vemos as narrativas se repetirem e fica bem claro que, quando se trata de punir uma pessoa marginalizada, o sistema funciona bem depressa.

Em determinados centros de detenção correcional, é de responsabilidade das próprias mulheres que cumprem penas providenciar os seus itens de higiene íntima pessoal. Caso elas não recebam auxílio dos familiares, acabam ficando sem acesso a itens básicos de higiene.

Segundo a ativista Nana Queiroz, autora do livro analisado neste trabalho, alguns presídios brasileiros oferecem apenas um pacote pequeno de absorventes para ser utilizado durante o ciclo menstrual das mulheres. Porém, conforme relatos de detentas, eles não são suficientes para aquelas que têm um fluxo de sangue menstrual maior. Em alguns casos, quando faltam absorventes, as mulheres privadas de liberdade acabam tendo que improvisar utilizando miolos de pães no lugar de absorvente interno, conforme apresentado na figura 31.

Figura 31: Absorvente feito de miolo de pão.



Fonte: Google imagens, 2021

Infelizmente, as presas são comumente abandonadas por seus parentes e companheiros quando são presas e, por causa disso, não recebem auxílio dos familiares, sendo deixadas de lado, à margem, sem direito à liberdade, amor e muito menos aos itens básicos de saúde, ficando sem nenhum resquício

de humanidade.

Segundo informações do (INFOPEN, 2018) referentes aos dados de escolaridade das mulheres em situação de privação de liberdade, 74% dessas mulheres não chegaram a cursar o ensino médio e apenas 12% chegaram a concluir a escolaridade básica. Com o nível de escolaridade baixo, as oportunidades de bons empregos diminuem – não estamos buscando justificar a entrada dessas mulheres no mundo do crime e sim mostrar os fatores que podem ter facilitado que essas mulheres se submetessem a esse estilo de vida, tendo em vista que muitas entram no crime por desejo pelo poder e pela ostentação. Levando em conta estes fatores de baixa escolaridade e falta de auxílio financeiro dos familiares, essas mulheres não têm condições de se sustentarem na instituição.

Por isto, é preciso falar sobre pobreza menstrual e maneiras para erradicar essa situação. Pensando nisso, há diversos projetos cujo objetivo é dar suporte para as mulheres que sofrem esse tipo de situação, principalmente as mulheres em privação de liberdade, que muitas vezes são deixadas à margem por todos.

No Brasil, há projetos que visam acabar com a pobreza menstrual vivida por essas mulheres por meio do autoconhecimento de seu próprio corpo e de seu ciclo menstrual. Um desses projetos é o Absorvidas, projeto de ativistas cuja missão é dar fim à pobreza menstrual de mulheres privadas de liberdade por meio da educação menstrual e disponibilização de bioabsorventes. O projeto atua nas prisões do Estado do Rio de Janeiro.

O projeto tem dois planejamentos, um a curto e outro a longo prazo. O plano a curto prazo consiste em fazer doações de bioabsorventes e organizar palestras e workshops cujo o foco seja a educação menstrual das mulheres privadas de liberdade. Nesta etapa, para as ativistas, é essencial mostrar a viabilidade do projeto, além de atrair atenção tanto para o problema quanto para a solução. A ideia a longo prazo é que a produção de bioabsorventes passe a ocorrer dentro das penitenciárias, de forma que as presas recebam salário previsto por lei para costurar os produtos menstruais que irão abastecer os presídios da região.

As ativistas responsáveis pelo projeto relatam que, além de tratarem de um problema de saúde pública, contribuem para a ressocialização após cumprimento da pena, sendo a produção de bioabsorventes uma possível renda no futuro. As ativistas optaram pelo bioabsorvente por quatro motivos: 1- Ele é fácil de lavar! Além do fato de poder ser lavado apenas com água fria; 2- Conta com tecido antibacteriano, tornando possível a secagem nas celas; 3 – É livre de plásticos e produtos químicos que podem causar alergia e irritar a pele; 4 – Eles são ecológicos! O uso dos bioabsorventes pode evitar o descarte de aproximadamente 192 quilos de absorventes por pessoa que menstrua ao longo de sua vida fértil, segundo a empresa de coletores e bioabsorventes Fleurity. As ativistas responsáveis por este projeto são: Giulia Jaques, Luana Lira, Luiza Guedes, Joyce Maria, Ana Rabêlo, Marina

Malvaccini, Thayná Luize e Victória Escalcon. O projeto contou com o apoio das pessoas por meio de um financiamento coletivo, no qual, conseguiram arrecadar o valor necessário para a doação de 2.000 bioabsorventes.

No Brasil, empreendedoras sociais, como é o caso de Raissa Kist - fundadora da empresa Herself, além de atuar na área de produtos ecológicos, lideram o Programa de Educação Menstrual do projeto Absorvidas e apoiam a luta pela dignidade menstrual de mulheres em situação de cárcere.

Outros projetos que tem como objetivo fornecer ajuda as mulheres em privação de liberdade pelo mundo podem ser citados, tais como: a Period, organização criada pela estudante universitária dos Estados Unidos, Nadya Okamoto, que forneceu milhares de produtos menstruais e atua na luta pela redução de impostos de absorventes no país; a ativista Priyanka Shrestha, no Nepal, fundadora da organização Dignity For All, que lidera oficinas sobre saúde reprodutiva e higiene menstrual, além de distribuir absorventes reutilizáveis.

As políticas públicas voltadas para o âmbito educacional da população em situação de reclusão começaram a surgir apenas no ano de 1980 no Brasil, buscando suprir as necessidades de estudo e formação humana das pessoas em cárcere, contribuindo de certa forma para a ressocialização dessas pessoas por meio da capacitação e formação educacional, bem como por meio da formação de leitores. Vale ressaltar que a falta de acesso a formação fere o direito a educação do cidadão, além do fato de “que o não acesso à educação tanto contribui para o aumento da população carcerária, quanto favorece a reincidência ao crime.” (MACEDO, 2016, p.21)

Segundo a referida Lei de Execução Penal (Lei de Execuções Penais – Lei nº. 7.210/1984), em relação à assistência educacional, as seguintes categorias de ensino devem ser disponibilizadas em instituições carcerárias pelos seguintes agentes responsáveis:

SEÇÃO V

Da Assistência Educacional

Art. 17. A assistência educacional compreenderá a instrução escolar e a formação profissional do preso e do internado. [...]

§ 1º O ensino ministrado aos presos e presas integrar-se-á ao sistema estadual e municipal de ensino e será mantido, administrativa e financeiramente, com o apoio da União, não só com os recursos destinados à educação, mas pelo sistema estadual de justiça ou administração penitenciária. [...].

Art. 20. As atividades educacionais podem ser objeto de convênio com entidades públicas ou particulares, que instalem escolas ou ofereçam cursos especializados.

Art. 21. Em atendimento às condições locais, dotar - se - á cada estabelecimento de uma biblioteca, para uso de todas as categorias de reclusos, provida de livros instrutivos, recreativos e didáticos. (Lei nº. 7.210/1984, Seção V, art. 17 a 21).

Observa-se que, nesta seção, é assegurada a obrigatoriedade de oferta de formação básica escolar (ensino fundamental e médio), além de incentivar parcerias públicas e privadas, buscando a

profissionalização dessas pessoas em privação de liberdade. Entretanto, com base nos dados obtidos pelo Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – 2020, nota-se na figura 18 que ainda são números baixos de acesso a escolaridade.

De acordo com os dados expostos anteriormente, no que se diz respeito ao âmbito educacional, temos projetos concluídos e em andamento de educação prisional e formação de leitores, inclusive com remição de pena. Macedo (2016) desenvolveu um projeto de leitura com poesias de autoria feminina, com mulheres em ambiente de exclusão, tendo em vista as necessidades de formação de leitoras de literatura, principalmente nesses espaços. Esta experiência ocorreu por meio de oficinas de leitura com mulheres privadas de liberdade da Penitenciária Feminina de Campina Grande. A pesquisadora selecionou obras do gênero poesia para os momentos de leitura, sendo elas: Dois em um, de Alice Ruiz; Cecília de Bolso – uma antologia poética e Antologia Poética, de Cecília Meireles; e Amargos como os frutos, de Paula Tavares.

O coletivo coordenado pela professora doutora de literatura, tradutora literária e, advogada e ativista antiprisional, Denise Carrascosa da Universidade Federal da Bahia – UFBA, intitulado *Corpos Indóceis e Mentos Livres*, teve início no ano de 2010 e está vigente até os dias atuais, e neste ano de 2021, a organização de mulheres negras em defesa das vidas de pessoas encarceradas completa 11 anos. O coletivo é responsável pelo programa de remição de pena pela leitura entre mulheres sentenciadas e encarceradas no Conjunto Penal Feminino da Bahia. Neste ano, lançaram o projeto *Diálogos Abolicionistas*, que acontecerá de junho a dezembro de 2021, no qual serão feitas as leituras de obras dos autores: Itamar Vieira Junior, Ana Maria Gonçalves, Geni Guimarães, Conceição Evaristo, Miriam Alves, Eliana Alves Cruz, Edimilson de Almeida Pereira. Estas obras compõem o acervo da Biblioteca *Mentos Livres*, construída pelo Coletivo *Indóceis* em 2013. Mulheres negras ativistas, integrantes do Coletivo *Corpos Indóceis e Mentos Livres*, mediarão os diálogos com as autoras e os autores dos romances lidos e esses diálogos serão transmitidos pelo canal do projeto no Youtube, possuindo duração de 1 hora e projetados em uma sala de vídeo–conferência na referida instituição prisional feminina de Salvador para que as alunas possam assistir aos debates com o objetivo de fazer com que esses encontros auxiliem elas para a escrita de textos sobre estas obras lidas. Esses textos serão encaminhados para avaliação para a remição de pena dessas mulheres.

Apesar do Brasil possuir uma extensa legislação penal que garante por lei os direitos da população em cárcere, a realidade, entretanto, é bem diferente, principalmente quando trata-se dos direitos de minorias que acabam não sendo implementadas.

Segundo o artigo 5º da constituição “Ninguém será submetido à tortura nem a tratamento desumano ou degradante”. Mas isso não se aplica, infelizmente, por muitas vezes fora do sistema prisional, quiçá no próprio. Nas obras e documentários abordados no capítulo anterior, é possível

observar que o artigo 5º não é seguido, em sua maioria, no sistema prisional brasileiro. Em 2016, o relator especial da Organização das Nações Unidas (ONU), Juan Méndez, advogado, político e ativista dos direitos humanos, descreveu o sistema carcerário brasileiro, em suas palavras, como “cruel, desumano e degradante, devido à grave superlotação”¹².

Para o relator da ONU, o maior problema do sistema carcerário brasileiro é a falta de garantia de direitos humanos básicos com as pessoas. No seu relatório, foi constatado que as condições do sistema prisional são desumanas, a superlotação dos presídios não oferece condições mínimas, como o acesso ao mínimo de dignidade para se viver, não há acesso a saúde de qualidade, itens básicos de higiene, assistência legal, entre outros fatores. Para Juan Méndez, a superlotação dos presídios é endêmica. Além de a prática da tortura persistir no sistema prisional como aparelho de punição, é frequentemente subnotificada. Os dados do relatório constataam que as pessoas negras são mais vulneráveis aos tipos de violência policial, tortura, à criminalização, e que é notório a aplicação de penas mais severas às pessoas negras do que às pessoas brancas pelo mesmo crime. O ativista pelos direitos humanos aponta como prática violatória aos direitos humanos a permanência da revista vexatória em familiares, principalmente mulheres.

O relator afirmou que a situação das pessoas privadas de liberdade no Brasil é “simplesmente inaceitável”, e que “a discriminação e o abuso de mulheres e outras minorias deve ser visto pelo que de fato é: tortura.” Sobre a tortura que acontece no sistema prisional, Juan Méndez declarou que “os estereótipos de gênero fazem com que o sofrimento de mulheres, e LGBTQI+, não recebam o suporte necessário. Para o relator, a prisão é baseada em violência, estupros e assassinatos. A discriminação em casos abortos são as formas de abuso que as minorias tem de lidar nesses espaços.

O relator ainda fez declarações acerca das péssimas condições das mulheres que são mães que vivem em situação de cárcere, pedindo maior atenção e proteção a essas mulheres e seus filhos.

As pessoas encarceradas merecem respeito, independentemente do que tenham feito, estão presas cumprindo sua pena, mas não perderam sua humanidade. Os direitos humanos devem ser respeitados, pois é garantido por lei, assim como a integridade física e moral dessas pessoas.

¹² G1. “Relator da ONU denuncia situação 'cruel' em prisões do Brasil”. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2016/03/relator-da-onu-denuncia-situacao-cruel-em-prisoas-do-brasil.html>. Acesso em: 18 de abril 2021.

4. ANÁLISE DOS TESTEMUNHOS DAS PERSONAGENS FEMININAS EM SITUAÇÃO DE CÁRCERE PRESENTES NA OBRA *PRESOS QUE MENSTRUAM* (2015)

Neste capítulo, buscamos responder a nossa pergunta de pesquisa e cumprir com os objetivos formulados, tendo o cuidado de não justificar ou culpabilizar as jornadas das personagens testemunhas que vivenciam a privação de liberdade e sim de refletir acerca dessas trajetórias marcadas e construídas pela invisibilidade da sociedade para com elas. A trajetória dessas mulheres não se resume meramente ao cárcere, além de tudo, são mulheres, mães, filhas, esposas, profissionais, e não devem ser definidas apenas pelas escolhas que tomaram. Tendo em vista esses fatos, não nos cabe a tarefa de julgar as atitudes tomadas por elas em suas jornadas; afinal o Estado já o fez, e as colocou em uma condição deplorável, posto que no cumprimento por seus delitos, o cárcere se apresenta em péssimas condições estruturais e humanamente degradantes.

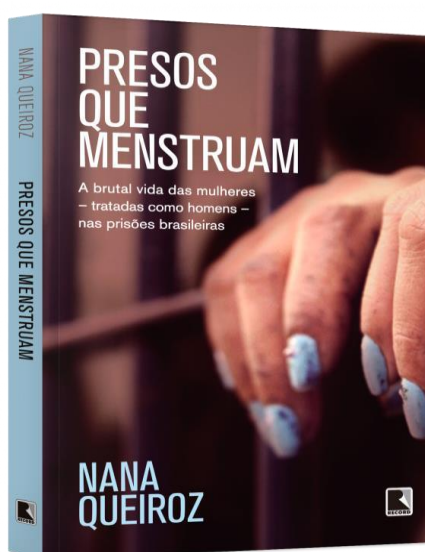
As principais personagens da obra são inspiradas em pessoas reais, porém os nomes são modificados para proteger o anonimato das detentas. Na referida obra, temos sete personagens centrais, sendo elas: Safira, Gardênia, Júlia, Vera, Camila, Glicéria e Marcela. Apesar de ser escrito por uma mulher livre que nunca vivenciou a experiência do cárcere em sua pele – não entendam isso como um ataque a escritora ou ao conteúdo deste livro, que por sinal é rico, e sim como uma crítica há sociedade em si, esse fato só revela o quanto há necessidade de mais escritas do tipo feitas por mulheres, principalmente que tenham vivenciado o cárcere – os testemunhos são passados com toda a força necessária para impactar e sensibilizar o leitor para que se tenha um olhar de alteridade para com os relatos dessas mulheres.

Ao decorrer da análise, pode-se perceber que as denúncias das mulheres estão perpassadas entre si – mesmo tratando-se de mulheres em situação de privação de liberdade em penitenciárias de todo território brasileiro – as temáticas mais recorrentes em seus relatos são: a total negligência do Estado em oferecer o mínimo para se viver com dignidade, a ausência de itens básicos de higiene, como absorvente, por exemplo, o abandono familiar, entre outras condições péssimas na qual são submetidas nas penitenciárias que foram construídas para homens e que até hoje não houve o mínimo de interesse pelo Estado em tornar esse lugar menos insalubre para essas mulheres.

A realidade dessas mulheres não é nada fácil, vivenciam esse sistema capitalista baseado no punitivismo no qual são encarceradas em locais: superlotados, com comidas muitas vezes estragadas, elas mesmas tem de fazer a manutenção da limpeza das celas, não há coleta de lixo regular. Um local que foi construído pensando no público masculino, com péssimas condições de higiene. Passam por torturas físicas ou psicológicas, sem acesso a políticas efetivas de reinserção na sociedade. Este é o espaço no qual estão inseridas.

O livro causa um impacto inicial significativo logo a partir de seu elemento gráfico contido na capa (fig. 32) que traz a fotografia de uma mão com unhas pintadas de azul, segurando nas grades, sugerindo ao leitor tanto a identificação de gênero (mulher), quanto o lugar de atuação (prisão) no qual a personagem se encontra. A identificação nominal da obra *Presos que menstruam* tem seu desdobramento que ratifica o elemento pictórico: “A brutal vida das mulheres – tratadas como homens – nas prisões brasileiras”. As unhas pintadas, tem um significado bastante relevante, pois indicam que as mulheres que tem vaidade fazem a manutenção da mesma até em espaços insalubres como as cadeias. Ao ler o título, há uma inquietação que surge, as mulheres que não menstruam – as mulheres trans – não são mulheres englobadas no estudo de mulheres em situação de privação de liberdade?

Figura 32: Capa do livro *Presos que menstruam*.



Fonte: Site do Grupo Editorial Record, 2021

Partindo deste questionamento o título também tem relação com visão da sociedade da mulher, de subalternidade em relação ao homem, também reflete o lugar da mulher na sociedade e o estabelecimento dela como outro neste lugar. É delegado a mulher este papel de segundo sexo. Segundo Beauvoir,

A humanidade é masculina e o homem define a mulher não em si mas relativamente a ele; ela não é considerada um ser autônomo. [...] Ela não é senão o que o homem decide que seja; daí dizer-se o "sexo" para dizer que ela se apresenta diante do macho como um ser sexuado: para ele, a fêmea é sexo, logo ela o é absolutamente. A mulher determina-se e diferencia-se em relação ao homem e não este em relação a ela; a fêmea é o inessencial perante o essencial. O homem é o Sujeito, o Absoluto; ela é o Outro. (BEAUVOIR, 1970, p. 10).

As mulheres são definidas segundo a ótica masculina, por isso que são presos, mas elas

menstruam (mulheres cis, em período fértil).

A obra, em sua versão impressa, tem ao todo 292 páginas, que são divididas em 60 capítulos, sendo eles: Leite, fraldas e potes de açúcar; Gardênia; Júlia gosta do tipo errado; Maria-João; Joe; O barulho do tiro; Em família; Seu juiz; Encantados; A sentença do filho; Maria de Nazaré; Socorro; Uma fita colorida e a história de uma presa com o nome da minha mãe; Os filhos de Camila; Índia morena; Carolina, que sempre foi mãe de uma garotinha; Filhos do cárcere; Tortura; Fuga; Um presídio com a história do Brasil; Seios de fora; Seios de pedra; A prisão para uma estudante de direito; As histórias de Heidi; Opinião de gaioleiro; Uma mala, uma mula; Esmeralda; Dizeres; Biblioteca; Big Brother; Andando pelas carnes; Vinte rebentos; Outro Pará; Mara e o medo; Quanto menos virem grades; Advogado; O efeito Suzane; Instinto; Pedra bruta; Brigada com a morte; Desespero; O um-dois-um de Gardênia; Inocente; Inocente II; Romance de cadeia; Ninho; Em busca de Maria Bonita; Os guardas; Incidente; Skyline; Ser lésbica × estar lésbica na cadeia; Amor em espaços de cólera; A hora da estrela de Vânia; Continuum; Esposa?; Maria sofrida; Vanessa; Eru e por fim, Dia das Mães.

A narrativa mescla seus capítulos com as histórias das personagens principais até que elas se interliguem. No índice de personagens por capítulo, podemos ver em quais capítulos as personagens principais aparecem, como pode ser observado na tabela a seguir.

Tabela 1: Índice de personagens por capítulo.

Capítulo	Personagem						
	Safira	Gardênia	Júlia	Vera	Camila	Glicéria	Marcela
Leite, Fraldas e potes de açúcar	X						
Gardênia		X					
Júlia gosta do tipo errado			X				
Maria-João				X			
Joe					X		
O barulho do tiro	X						
Encantados						X	
A sentença do filho		X					
Os filhos de Camila					X		
Índia morena						X	
Tortura				X			
Seios de fora	X					X	
A prisão para uma estudante de direito			X				
Esmeralda					X		
Andando pelas carnes		X					
Quanto menos virem grades		X					
Instinto			X				
Pedra bruta	X						
Brigada com a morte					X		
O um-dois-um de Gardênia		X					
Inocente II					X		
Romance de cadeia	X						
Ser lésbica x estar lésbica na cadeia				X			X
Continuum			X				

Esposa?				X			X
Maria sofrida		X					
Vanessa			X				
Eru						X	
Dia das mães	X	X	X	X	X		X

Fonte: Autoria própria.

Nesta tabela podemos perceber que apenas quatro capítulos têm a presença de mais de uma personagem, e que apenas uma personagem não aparece no dia das mães, pois a maioria das personagens principais têm esse contato com seus filhos.

A obra começa contando o relato de Safira, que ao sair da penitenciária pela primeira vez no regime semiaberto, foi tomada pelo desejo de preparar um café para seus amados filhos que fazia tempo que não via, mas teve uma triste surpresa, os filhos já não gostavam mais das coisas das quais ela se lembrava. Eles haviam crescido e mudado, a vida havia continuado sem ela. O tempo que passou no regime fechado não havia lhe privado apenas da liberdade de ir e vir, mas também de momentos importantes da vida de seus filhos, conforme pode-se ler a seguir:

Eu não conheço meus filhos. Eu sou assim: eles sabem que eu sou a mãe dele, mas praticamente sou uma desconhecida. Além de eu ter que me adaptar às coisas que eu perdi todo esse período que estive presa, eu tenho que aprender a conhecer os MEUS FILHOS, pensou. (QUEIROZ, 2015, p.12)

A narradora relata que “entre tantas imagens fortes de tortura, privações e dias na solitária é essa a cena com a qual Safira resolve começar a sua história” (QUEIROZ, 2015, p.12). O quão traumático foi para esta mulher, que é mãe, esse encontro com os filhos e perceber que ela não fazia mais parte da vida deles como antes, ficando assim marcado em sua memória.

Esta personagem é apresentada como uma pessoa de personalidade forte, com um olhar marcante, cujo nome recebido na cadeia¹³ lhe foi dado por ser sincera e transparente como a pedra de Safira. A narradora ainda completa a descrição da personagem relatando que ela também era dura da mesma forma da pedra, pois durante sua vida no sistema, ela se impôs, por meio de brigas, envolvimento com facções e liderando rebeliões na cadeia. Ademais, essa particularidade da personagem a acompanha desde antes da prisão, pois “sempre teve uma personalidade dura, incansável, até mesmo um espírito de liderança meio destrutivo.” (QUEIROZ, 2015, p.14) Safira nasceu na cidade de São Paulo e foi criada na comunidade de Guarulhos. Teve uma infância complicada, foi abandonada pelo pai, ficando só com a mãe e a irmã. Posteriormente, a mãe se casou novamente e teve mais quatro filhos. Teve sua vida desde cedo marcada pela violência, apanhava do padastro e da mãe. Começou a se relacionar com o pai de seus filhos aos 14 anos. Josiel era 13 anos mais velho que ela, um adulto relacionando-se com uma

¹³ Todas as personagens possuem um nome de presa.

criança. Ela sempre trabalhou desde muito nova e, para a família de origem humilde, estudar era “uma frescura à qual nenhum deles podia se dar ao luxo” (QUEIROZ, 2015, p.16). A princípio, a menina não queria se casar com Josiel, mas sua mãe aflita com a ideia de sua filha ficar mal falada,

Visualizou a casa com o marido agressivo, as quatro crianças e duas adolescentes dividindo o espaço apertado (e a pouca comida) e um bebê chorando pelos cantos, fazendo cocô e bagunça. Era uma migrante nordestina que nunca havia dado muito certo na cidade grande e nem conseguido absorver uma mentalidade que não fosse a do lugarejo em que crescera. Dedicava às mulheres que dormiam com homens antes de se casar ainda menos respeito do que às dondocas que tratavam cachorros como crianças. Enlouqueceu com a ideia de Safira, tão pouco instruída, se aventurando na cama de um homem mais velho. ” (QUEIROZ, 2015, p.18).

Safira começou a apanhar de seu marido, que deixou de ser o príncipe que ela imaginava para virar um monstro. As agrêsões eram sempre perdoadas, até que veio seu filho. Voltou a estudar e quase concluiu o ensino médio. Quando percebeu que estava reproduzindo os passos da mãe com a mesma rotina de violência doméstica, decidiu fugir com o filho para longe desse lar. Buscou auxílio na casa do de seu pai. Entretanto, depois de certo tempo, a relação com a madastra não andava bem e seu pai optou novamente por deixá-la mais uma vez de lado. Safira se viu em uma situação que não sabia como lidar, sem emprego fixo, com o filho Pedro de colo, acabou voltando para o marido. Buscou na religião uma mudança de Josiel. Planejaram um novo filho, e desse planejamento nasceu João. Entretanto, a fé e o novo filho do casal não mudaram o marido. Largou Josiel e se viu novamente sozinha, agora com dois filhos para criar, as dificuldades aumentaram. Procurou apoio na família para que olhassem seus filhos para que ela pudesse buscar o sustento para dentro de casa. A mãe recusou, cansada de já ter cuidado de crianças durante toda sua vida, e disse a Safira que procurasse pela irmã. Para a surpresa dela, a irmã cobrou boa parte do salário dela para cuidar apenas do menorzinho enquanto que o mais velho teve que ficar com o pai agressivo.

Safira sempre acordava cedo e trabalhava muito. Mesmo assim, o dinheiro que recebia não dava nem para o básico, chegando a passar fome com os filhos. Esta mulher estava diante de uma situação desesperadora, como iria dar de comer aos filhos, comprar fraldas, alimentos para ela com apenas 80 reais que sobravam do seu salário? Optou por aceitar o convite de seu amigo e foi dirigir para eles em troca de dinheiro. Cansada dessa vida de miséria em que se encontrava, saiu decidida a trazer o alimento para os filhos - pegou uma arma com um amigo da comunidade, “pensou no leite e foi assaltar” (QUEIROZ, 2015, p.20).

Boa parte dessas mulheres em situação de cárcere começam a ter seus direitos básicos de mães negados desde a gravidez. Na obra, há várias passagens de mulheres que são espancadas e sofrem diversas violências mesmo estando grávidas. Há a negação do ser humano mulher e mãe por meio dos agentes penitenciários que ocupam o papel de fazer a manutenção do aparelho de repressão do Estado.

Essas mulheres estão mais suscetíveis a violências, principalmente a violência obstétrica¹⁴.

Em um trecho do testemunho de Aline, ela relata que foi espancada mesmo estando gestante, segundo ela,

Bater em grávida é algo normal para a polícia — respondeu Aline. — Eu apanhei horrores e tava grávida de seis meses. Um polícia pegou uma ripa e ficou batendo na minha barriga. Nem sei qual foi a intenção desse doido, se era matar o bebê ou eu. A casa penal me mandou pro IML para fazer corpo delito, mas não deu nada. (QUEIROZ, 2015, p.64)

Há diversos relatos de violência contra a gestante, como é o caso de Michelle, que foi espancada por uma escrivã. Outro relato forte de violência é o de Mônica, que recebeu diversos socos de um policial que, além da da violência física, ainda disse a ela “que filho de bandida tinha que morrer antes de nascer.” (QUEIROZ, 2015, p.64)

Outro relato chocante foi de uma personagem (não identificada) que estava desesperada quando a ativista narra sua visita a penitenciária na qual ela estava a cumprir pena. Relatava as péssimas condições estruturais e o descaso em relação a saúde das presas, para a narradora ela relatou o seguinte: “Eu, por exemplo, estava grávida. Perdi meu filho faz dez dias, sangrei feito porco e ninguém fez nada, não vi um médico. Agora, tô aqui cheia de febres. Vai ver o corpinho tá apodrecendo dentro de mim.” (QUEIROZ, 2015, p.107)

Em outras passagens do livro estão presentes relatos de mulheres que narram todos os seus sofrimentos ao entrar em trabalho de parto na penitenciária. Nem sequer neste momento há uma humanização da mulher presa por parte do sistema, pois o parto ocorre geralmente com a mulher algemada, não há um contato imediato após o nascimento da mãe com o bebê, sem contar as péssimas condições das Unidades Materno-Infantis. A mulher quando vai presa, não perde só o direito à liberdade, ela perde diante da sociedade todos os seus direitos de humanidade, principalmente quando se trata de mulheres pretas, pardas e periféricas. A autora busca trazer esse olhar de humanização para sua obra, sua narradora se posiciona o tempo todo em relação a importância de humanizar essas personagens que não deixam de ser humanas por cometerem atos ilegais.

Os atos de tortura são criminosos e ferem os direitos humanos dessas mulheres. Elas estão cumprindo pena e são retiradas da sociedade por meio da privação de liberdade. Vale salientar que a Lei de Execução Penal (Lei Nº. 7.210 de 11 de julho de 1984) frisa que não se deve excluir outros direitos destas pessoas, somente o direito à liberdade (total ou parcial),.

Há um documentário que retrata a tortura no sistema prisional intitulado *Tortura e*

¹⁴ Segundo Rattner (2009), o termo “violência obstétrica” (VO) é utilizado para conceituar diversas formas de violências durante os procedimentos obstétricos profissionais. São consideradas VOs, os maus tratos físicos, psicológicos, e verbais, bem como os procedimentos violentos e desnecessários como as episiotomias, restrição ao leito no pré-parto, cesarianas desnecessárias, a falta de respeito com a gestante, a privação de acompanhantes durante o parto, entre outros fatores. E NO Brasil, as mulheres que mais sofrem e estão suscetíveis a esse tipo de violência, são as mulheres negras e periféricas.

encarceramento em massa no Brasil (2015)¹⁵, produzido pela Pastoral Carcerária, o qual é dividido em duas partes: a primeira parte, “A tortura como Política de Estado”, relata como ocorre a tortura dentro do sistema prisional. A segunda parte, intitulada “As Mulheres e o Cárcere”, tem como foco denunciar as torturas sofridas por mulheres privadas de liberdade no sistema prisional.

Partindo da vertente do feminismo de hooks (2019) – que aborda uma teoria cujo objetivo é representar um movimento de massa, pautado a partir de um ponto de vista feminista que englobe e compreenda questões de raça, gênero e classe – que nos baseamos para fazer a referida análise acerca do perfil das personagens e como estas questões influenciaram nas tomadas de decisões das mesmas.

Boa parte das mulheres desta obra em análise tem um perfil parecido: infância difícil, um lar problemático marcado por violências físicas e psicológicas, pouca escolaridade, renda baixa, recorrendo ao crime como uma saída da realidade em que vivem. Após o cárcere, elas têm de lidar com todo o preconceito por parte da sociedade, fazendo com que boa parte dessas mulheres voltem a cometer delitos para sobreviver.

Uma das problemáticas que me tocam profundamente é pensar acerca da escassez de obras escritas por mulheres que vivenciaram o cárcere, relatando como fizeram para se reerguer, como foram afetadas por todos os percausos durante suas trajetórias de vida. Mas acredito que há a possibilidade que esta ausência se dê devido ao desinteresse da nossa sociedade pela vida dessas mulheres silenciadas e por esse tema ser tão incômodo para a sociedade. Entretanto, quando as mulheres são representadas em novelas, séries e filmes como pessoas más, o público torce pela punição destas personagens, torcem para que morram ou sejam presas. Silva relata que:

Além de mostrar que existe um interesse da sociedade por essa situação prisional, é possível percebermos que muitas vezes a prisão é motivo de felicidade, o telespectador torce pela prisão da vilã e espera por ver cenas que retratam a sua prisão como sinônimo de sofrimento. (SILVA, 2020, p.81)

Nos Estados Unidos não é muito diferente, séries de tv como CSI, entre outras, falam muito sobre encarceramento. Atualmente, muitas pessoas começaram a refletir sobre mulheres encarceradas a partir da série *Orange is the New Black*, uma série ficcional baseada na história de vida de Piper Shapman enquanto estava cumprindo pena no sistema penitenciário dos Estados Unidos. Esta série levanta importantes reflexões sobre o processo de privatização das cadeias e as violências que essas mulheres sofrem dentro desse sistema.

Na série *Pose*, que relata a vida de mulheres trans e da comunidade LGBTQI+, na década de 1990, há um episódio em que uma das personagens principais, Elektra Wintour, está trabalhando em

¹⁵ Pastoral Carcerária. Tortura e encarceramento em massa no Brasil - 2015. Disponível em: https://youtu.be/khplZUIRD_8. Acesso em: 15 de abril 2015.

uma casa de sadomasoquismo e um de seus clientes acaba morrendo acidentalmente sufocado. Ela e suas amigas recorrem por se livrar do corpo, pois a polícia jamais acreditaria na versão de mulheres trans e negras e acabariam pagando por um crime que não cometeram. Esta série retrata muito bem a vida de mulheres negras trans que são por vezes marginalizadas e tem de recorrer a prostituição para conseguir sobreviver.

Logo no título da obra, a autora define que serão narrados os testemunhos de presos que menstruam, ou seja, mulheres cisgênero em privação de liberdade. Entretanto, surge a inquietação acerca das mulheres que não menstruam, as mulheres trans. Por qual motivo elas não estão inseridas nesta obra? Não há mulheres trans no sistema prisional feminino? De que forma a obra aborda este ponto? Na obra analisada não há a presença de mulheres trans, pois a elas não eram dado sequer o direito de cumprir pena em instituições prisionais femininas devido ao fato do sistema não considerar as mulheres trans como mulheres. Além de toda transfobia que estas mulheres tem que conviver na sociedade, tendo uma expectativa de vida de apenas 36 anos de idade, era conferida a elas a invisibilidade de serem reconhecidas como mulheres e de poderem optar por cumprir sua pena em instituições prisionais femininas.

Na obra, há o relato de um homem trans que cumpre pena por tráfico de drogas na Penitenciária feminina do Tatuapé. Apesar de se identificar com o gênero masculino, o sistema ainda retrata ele pelo seu nome oficial Lourdes Helena Moreira, e não por seu nome social. Segundo a autora,

O sistema carcerário brasileiro comete graves erros ao colocar homens trans em presídios femininos e mulheres trans em presídios masculinos, desrespeitando seus direitos à identidade sexual e sujeitando-os a situações de assédio, prostituição e até estupro. A avaliação de para onde mandar cada preso é feita com base na conferência do órgão genital, mesmo que a medicina e o Estado já reconheçam que há muitos mais fatores que determinam nossa sexualidade do que um pênis ou uma vagina. (QUEIROZ, 2015, p.141)

No Brasil, as mulheres trans tinham que cumprir pena em presídios masculinos até recentemente. Apenas em março de 2021, após a decisão do ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal (STF), decidiu-se que mulheres transexuais e travestis poderão escolher se desejam cumprir penas a que sejam condenadas em presídios masculinos ou femininos.

Na obra de Nana Queiroz, os testemunhos das mulheres e suas intervenções são passadas de formas tão sinceras e sensíveis que são capazes de conquistar o leitor. Os testemunhos revelam que, em muitos casos, muitas dessas mulheres enxergaram no crime a única saída possível para vencer a pobreza.

Atualmente não há dados conclusivos e muito menos pesquisas no Brasil sobre a taxa de reincidência das mulheres em situação de cárcere. Isso ocorre também devido ao conceito de reincidência ser complexo e causar brechas para a contabilização, tendo em vista que só são

estabelecidos como reincidentes as pessoas que foram condenadas dentro do período de cinco anos em dois processos penais diferentes. Esta definição foi dada de acordo com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em conjunto com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) em 2015, de que a reincidência ocorre em: “casos em que há condenações de um indivíduo em diferentes ações penais, ocasionadas por fatos diversos, desde que a diferença entre o cumprimento de uma pena e a determinação de uma nova sentença seja inferior a cinco anos(...)” (IPEA, 2021)

Dentre as personagens da obra, apenas Gardênia afirma ser reincidente no sistema prisional. Ela relata que não sabia fazer outra coisa em sua vida, a não ser traficar. Se antes de ter antecedentes criminais já era difícil arrumar emprego, com antecedentes a situação ficou mais complicada, por isso recorreu ao tráfico, segundo ela “uma vez liberta, voltava a traficar.” (QUEIROZ, 2015, p.33) Esta não é apenas a realidade de Gardênia, e sim de milhares de mulheres que vivenciaram o cárcere. O título de ex-detenta não é fácil de se carregar; com ele precisa lidar cotidianamente com o preconceito da sociedade, principalmente, em entrevistas de emprego. Por isto é interessante e necessário que essas mulheres aprendam maneiras de conseguir gerar uma renda de forma autônoma para que tenham meios para conseguir viver.

De que forma a sociedade pensa que essas mulheres serão reinseridas no mercado de trabalho se continuam desamparadas pelo sistema capitalista e deixadas à margem da sociedade? Segundo os dados obtidos pelo *Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – 2020*, grande parte das mulheres em privação de liberdade estão cumprindo pena por tráfico de drogas e boa parte delas trafica para manter família. Os problemas das pessoas não se resolvem apenas com força de vontade, é muita inocência acreditar que boa parte das pessoas continuam na ilegalidade porque querem, principalmente em um país com tamanha desigualdade social como o nosso.

A personagem Vera, uma mulher lésbica que viveu a infância sofrendo homofobia pela sociedade e repressão por meio da família, decidiu se esconder no armário e casar com um homem por um tempo até conquistar sua liberdade a ser quem sempre quis ser. Após a separação, acaba conseguindo viver a tão sonhada liberdade por um tempo, até que conheceu um rapaz e, apesar de não sentir atração sexual por ele, acabou se envolvendo afetivamente porque queria ter um filho biológico. Logo que engravidou não conseguiu mais manter relações com Pato. Ela relatou que até sentia nojo, pois gostava mesmo era de mulher. Acabou descobrindo uma traição do marido, que estava gastando todo o seu dinheiro com a amante enquanto ela se matava de trabalhar mesmo com a gravidez avançada. Ela decidiu se separar, mas o marido exigiu que, caso se separassem, os bens teriam que ser vendidos e divididos para os dois. Apesar de separados corporalmente, ainda dividiam o mesmo lar. Entretanto, Vera acabou ficando com problemas de saúde e teve que repousar em casa, mas ela não suportou mais ter que estar no mesmo lar que o traidor. Largou o marido deixando tudo para ele e decidiu se mudar do

interior para a grande São Paulo com a filha em seu ventre. Credo que teria melhores oportunidades de vida longe da cidade antiga, acabou se decepcionando, pois não foi isso que aconteceu. Encontrava apenas empregos que pagavam muito mal, o dinheiro não era suficiente para manter ela e a filha. Cansada desta situação, ela a irmã e o cunhado começaram a planejar sequestros para conseguir dinheiro e acabou sendo presa.

No capítulo de apresentação da personagem Ieda, a narradora relata que para muitas dessas personagens, o encarceramento é uma experiência em família. Ieda foi presa com sua família toda, filho, filha, marido e sobrou até para uma visita que dormia na casa dela no momento de efetuar a prisão. Ieda relata que seu filho teve papel principal no motivo de sua prisão, pois converteu o comércio de sua família em ponto de venda de drogas. Ela começou a perceber que algo não estava certo quando o número e rotatividade de clientes aumentou consideravelmente e a renda familiar aumentou bastante, porém ela optou por não questionar. Apesar de temer que todos fossem presos um dia, Ieda não teve coragem de entregar o filho para o sistema. Ieda tem como colega de cela sua filha e as duas passam pela experiência do cárcere juntas.

O aumento do número de mulheres encarceradas tem ligação com o fato de que elas têm se tornado cada vez mais provedoras do lar, principalmente as mães solas, em sua grande maioria não brancas. Além disso, algumas mulheres adentram no mundo do tráfico por influência e amor ao companheiro, pois precisam de dinheiro para manter a família e dar suporte para o marido na prisão. Segundo a autora, essas mulheres são “gente esmagada pela penúria, de áreas urbanas, que buscam o tráfico como sustento. São na maioria negras e pardas, mães abandonadas pelo companheiro e com ensino fundamental incompleto” (QUEIROZ, 2015, p.63)

A idealização do sujeito mulher pela sociedade brasileira é a de mulher doce, serena, vaidosa, que performa feminilidade. Entretanto, não esperam isso de mulheres privadas de liberdade, tendo em vista que ocupam um lugar delegado a homens marginalizados. A sociedade parece não esperar nada dessas mulheres, porém elas carregam sim, alguns traços dessa feminilidade e vaidade que é de certa maneira imposta por essa sociedade. Uma das personagens testemunhas – Gardênia – relata sobreviver na cadeia com o dinheiro que ganha fazendo as unhas das companheiras de cárcere; com o trabalho no setor de beleza da penitenciária, conseguiu meios para comprar seus itens de higiene pessoal, ajudar a família e pagar seu advogado.

Em outra passagem da obra, quando um juiz de execução penal visita a penitenciária para inspecionar e verificar as condições em que estas mulheres se encontram, recebeu várias solicitações das mulheres em reclusão no sentido de poder utilizar chapinhas na instituição para que pudessem alisar os cabelos para se produzirem, pois estavam presas mas ainda tinha a vontade de elevar sua auto-estima.

Referente às questões de higiene, na obra são apresentados relatos de denúncia a negligência

sofrida por essas mulheres. A personagem Maria Aparecida, de 57 anos, tem cerca de 5 bisnetos, 19 netos e 20 filhos. Mesmo com esse número grande de parentes, deixou de receber visitas, cartas e auxílio dos familiares, pois a família dela é de origem humilde, em sua “maioria de trabalhadores rurais e boias-frias, que não conseguem dinheiro ou folga para visitá-la. Não têm condições de garantir o seu sustento lá dentro ou de mandar qualquer item básico de sobrevivência.” (QUEIROZ, 2015, p.104). Mas a falta de visitas a Maria Aparecida é justificada pela distância e falta de recursos dos familiares, quando estava em uma penitenciária mais perto da família recebia bastante visitas, mas tudo mudou quando a Justiça determinou “a sua transferência para a Penitenciária Feminina da Capital, a 358 quilômetros e mais de 100 reais de distância.” (QUEIROZ, 2015, p.104). É possível perceber a linguagem literária presente na narração, é poética a forma que a narradora relata os 100 reais de distância para ilustrar que para muitas dessas personagens a distância se dá principalmente pelo fato do pouco poder aquisitivo familiar.

Para muitas mulheres em privação de liberdade, os familiares não as visitam por outros motivos, a estória de esquecimento e abandono se repete, por vezes acabam se acostumando com a falta de visitas e acumulam em si a falta de esperança de que elas um dia voltem. Segundo a narradora, em relação a escassez de visitas e a situação precária das presas:

Casos assim acontecem porque, em vez de pequenas unidades distribuídas pelo Estado, as penitenciárias femininas do Brasil são grandes e poucas. Transporte e hospedagem são caros e, normalmente, não existe ajuda do governo para que as visitas aconteçam. Muitas unidades, inclusive, impõem dificuldades, como limitar o número de crianças por visita. Além de impedir que os filhos encontrem a mãe todos juntos, em algumas situações a visita nem sequer acontece porque o responsável pelas crianças não tem com quem deixar os filhos que não entrarão. (Queiroz, 2015, p.104)

Os testemunhos dessas mulheres que vivenciam o cárcere evidenciam a dor e solidão de lidar com o fato de viver longe de seus filhos. Muitas delas estão em cárcere em instituições longe dos seus lares, o que dificulta o acesso das visitas. Principalmente, tendo em vista que os testemunhos relatados na obra analisada foram vivenciados antes das mudanças no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, no qual as visitas de crianças e adolescentes tinham de ter aval da justiça.

Apenas a partir do dia 8 de abril de 2014, após a presidente Dilma Rousseff sancionar o projeto de lei que assegura a convivência de crianças e adolescentes com os pais, sejam eles a mãe ou pai em privação de liberdade em instituições carcerárias, foi possibilitado aos filhos visitarem os pais quando quisessem sem a necessidade de recorrer a justiça.

Segundo a LEI Nº 12.962, DE 8 ABRIL DE 2014, a criminalização do pai ou da mãe não significa a dissolução do poder familiar, a menos que seja condenado pelo crime contra o próprio filho ou filha, e a convivência será mantida por meio de visitas regulares dos pais. A responsabilidade, ou presumindo-se a aceitação do órgão aceitante, é assumida pela entidade responsável,

independentemente de autorização judicial. Ou seja até meados de 2014 as crianças e os adolescentes só podiam visitar os pais nas instituições penitenciárias caso tivessem o aval da Justiça.

Muitas mulheres cumprem pena em cadeias públicas e distritos policiais para ficar mais perto da família, entretanto, nestes locais as condições de higiene são precárias e a superlotação é uma realidade. Segundo a narradora,

a estadia nesses locais deve ser temporária, segundo a lei brasileira. Isso porque as cadeias públicas e distritos policiais não têm estrutura de saneamento básico para manter muitas pessoas e, na maioria dos casos, tampouco têm camas, produtos de higiene, atendimento médico ou trabalho disponível para ocupar a mente, ajudar na ressocialização e na remissão da pena. (QUEIROZ, 2015, p.104)

Devido a escassez de visitas, em alguns casos, quando alguma mulher em reclusão recebe muitas visitas e suporte dos familiares isso acaba por despertar inveja nas outras mulheres, gerando ameaças e agressões por meio das outras companheiras de cárcere. Como a autora relata o que aconteceu com a personagem Marcela quando ficou em privação de liberdade:

A família a amparou. Mandavam três ou quatro caixas de Sedex por mês com tudo de que precisasse e a visitavam todo domingo. O suporte que ela recebia gerou inveja entre as outras presas e Marcela passou a andar desconfiada e com medo de agressões. O sono era leve, interrompido, as sombras guardavam ameaças que ela não entendia. A solidão e o arrependimento fincavam a depressão cada vez mais forte no peito. (QUEIROZ, 2015, p.143)

Mas a situação das penitenciárias não é muito diferente, em algumas ocorre a distribuição mensal de itens de higiene, sendo eles: dois rolos de papéis higiênicos por mulher, uma quantidade muito inferior a necessidade delas, dezesseis unidades de absorventes descartáveis, o que também não supre a necessidade de mulheres com um fluxo maior e por mais de cinco dias.

A narradora pergunta a Maria se ela recebe algum kit higiene da instituição e se não falta nada a mesma, tendo em vista que ela não tem recursos para adquiri-lo. Em resposta em tom de ironia, a mulher responde que “Tem dia que até saio recolhendo papel de jornal do chão para limpar a bunda!” (QUEIROZ, 2015, p.104) A personagem Gardênia relata que, “Todo mês eles dão um kit. No Butantã, dão dois papel higiênico, um sabonete, uma pasta de dente da pior qualidade e um (pacote de) absorvente. Falta, né? E ninguém dá nada de graça pra ninguém.” (QUEIROZ, 2015, p.104)

Devido a escassez de itens como shampoo, absorventes, papel higiênico, sabonetes, sabão entre outros, acaba tendo uma grande demanda em relação a essas mercadorias. Por isso se tornam uma valiosa mercadoria de troca. Muitas mulheres trocam os itens de higiene por privilégios, como faxina, roupa lavada e serviços de beleza.

Em algumas instituições como a do Butãnta, também havia um limite do número de itens que essas mulheres poderiam trazer para a prisão em suas saídas ou receber das visitas, para evitar as barganhas entre as mulheres em reclusão.

As mulheres relatam que apenas as companheiras em regime fechado que chegam a receber os kits de higiene, as outras que tem outro tipo de pena, como o semiaberto, não recebem nada instituição, como relata uma das mulheres,

— É, no (regime) fechado eles passam jogando o kit na cela, independente de visita — diz Júlia. — No semiaberto, se eu for lá hoje, a mulher vai falar: “Toma vergonha na sua cara.” E se tiver dinheiro no pecúlio elas também não dão, só dão pra quem não tem dinheiro. E o fato de alguém trabalhar no presídio não significa que não precise. De repente, está juntando aquele dinheiro para fazer não sei o quê pro filho. Principalmente estrangeira, como elas sofrem. Já morei com estrangeira que lavava uma roupa e rezava pra ela secar antes da outra sujar. (QUEIROZ, 2015, p.105)

Por isso, projetos como o Absorvidas, que busca distribuir bioabsorventes que podem ser lavados e reutilizados, são tão importantes para as mulheres, principalmente para as mulheres que estão vivendo o cárcere sem recursos para sequer adquirirem itens de higiene básica.

Por fim, uma das questões abordadas na obra são as representações de amor e afeto dentro do contexto carcerário. No capítulo intitulado *Ser lésbica x Estar lésbica*, a narradora narra os testemunhos de descobertas de novas possibilidades de amor que essas mulheres encontram nos momentos mais difíceis de suas vidas. No trecho a seguir, a narradora relata como a amizade de Marcela se transformou em amor, pois no momento que ela mais precisou encontrou carinho nos braços de Iara e se permitiu ser amada, apesar da culpa que sentia pelos erros do passado:

O alívio não veio por meio de pílulas, como o de Júlia, mas na ponta dos dedos e cantos dos ouvidos de Iara, uma detenta que a cobriu de atenção, segurança e companheirismo. A identificação entre as duas evoluiu para amizade, a amizade para afeto, o afeto ganhou pele, calor e cabelos entrelaçados. As noites vazias foram preenchidas por confidências, risinhos abafados entre cobertas. Iara a libertou de sua prisão interna e Marcela, que havia por toda sua vida se relacionado com homens, se apaixonou por ela. (QUEIROZ, 2015, p.143)

Algumas das mulheres relatam que o principal fato que as levam estar lésbica na instituição é a carência. Nana questiona se Marcela ficou confusa em relação a sua sexualidade acerca e a mesma responde que:

— Olha, eu tinha uma curiosidade. Então, juntou a fome com a vontade de comer e tá tudo certo — ri. — Mas o que mais me motivou foi a carência. Tava muito carente. E, na minha opinião, as mulheres são muito mais atenciosas, porque a gente sabe da carência de cada uma, então fica tudo mais fácil. Acho que somos mais fiéis na dificuldade também. (QUEIROZ, 2015, p. 143)

É um fato que a homossexualidade nas prisões femininas é consideravelmente maior do que nas

masculinas, tanto pela escassez de relações entre os homens e as mulheres nos casos de prisioneiras que estão lésbicas na instituição, quanto pela questão de maior liberdade sexual por meio das mulheres. Segundo a autora,

para as mulheres, ao menos na cadeia, a afetividade pode moldar — e, por que não, expandir — a sexualidade. São, em sua maioria, mulheres que se consideravam heterossexuais antes da detenção e afirmam que, ligadas pelo companheirismo, o apoio na depressão e no medo, se envolveram com outras mulheres. Nessas parcerias descobrem novos desejos e, às vezes, o amor. Algumas chegam a dizer que não são, mas “estão lésbicas (QUEIROZ, 2015, p. 143)

Outra característica presente nas relações afetivas entre as mulheres é o fato de que elas constroem relações e laços emocionais verdadeiros intensos e concretos, principalmente de proteção. Os casos de abusos sexuais entre as mulheres em reclusão é bem raro, diferentemente do que acontece nas cadeias masculinas onde os casos de abuso e estupro são altos. As relações mais fortes nas instituições femininas são dadas por meio do casamento, enquanto que nas instituições prisionais masculinas esta relação de proteção é garantida por meio das facções criminais.

5. CONCLUSÃO

No primeiro capítulo, foi apresentado o gênero literatura de testemunho, assim como suas definições e características. Também foram apresentadas obras cuja temática central era a literatura de cárcere nacional, bem como a apresentação da autora da obra analisada neste capítulo, entre as outras produções literárias da escritora Nana Queiroz.

No segundo capítulo, foi feita uma análise do surgimento do sistema prisional até os dias atuais, uma análise dos dados obtidos pelo *Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – 2020*, bem como a apresentação de alguns projetos que visam acabar com a pobreza menstrual, de ressocialização por meio dos estudos, além de remição de pena por meio da leitura literária.

No terceiro capítulo, buscamos responder aos objetivos elencados nesta pesquisa a partir de uma extensa pesquisa de conceitos e obras para análise da obra *Presos que menstruam (2015)*. Respondendo ao primeiro objetivo, a) Identificar as características das personagens privadas de liberdade sendo elas: gênero, classe social, cor de pele e a escolaridade, identificamos que grande parte dos testemunhos relatados na obra são mulheres cisgênero não brancas (negras, pardas ou indígenas), de classe social menos privilegiada, com pouca escolaridade.

Referente ao objetivo específico, b) Investigar de que maneira é retratada a maternidade dentro da instituição prisional e fora dela por meio das personagens na referente obra; Observou-se que desde a gravidez essas mulheres sofrem diversas violências e tem de conviver com a saudade e solidão de viver longe de seus filhos.

Para verificar como está retratado as questões de higiene básica, bem como o acesso a absorventes para as mulheres em situação de cárcere, foi feita a análise dos testemunhos que relataram que as condições de higiene são bem precárias e o acesso aos itens de higiene é escasso e utilizado como moeda de troca dentro do sistema.

Buscando mostrar as torturas relatadas pelas mulheres que ocorrem dentro do sistema penitenciário por meio dos testemunhos das personagens da obra de Nana Queiroz; vimos que não são poupadas nem mulheres gestantes, que são muitas vezes agredidas, além da falta de acesso a tratamentos de saúde, as mulheres privadas de liberdade sofrem diversos tipos de violência física e psicológica.

Referente ao último objetivo elencado: d) Mostrar as representações de amor e afeto dentro do contexto carcerário. Notasse que muitas mulheres são/estão lésbicas e bissexuais no sistema e fora dele, bem como possuem relações de afeto com suas companheiras de cárcere. Nem todas recebem o apoio dos familiares, e isso também ocorre devido ao fato de muitos familiares serem de origem humilde e morarem muito afastado da instituição na qual essas mulheres cumprem pena.

Observa-se por meio dos dados obtidos pelo *Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias - 2020*, pelas análises feitas por Borges (2018) e Davis (2006) que o encarceramento em massa tem um alvo definido, a população pobre, negra e jovem.

Espero que esta pesquisa tenha contribuído para desmitificar a visão punitivista de que o encarceramento é a solução para uma sociedade mais justa, pois é exatamente o contrário. É necessário lutar por um sistema antiprisional, por criações de políticas públicas efetivas que visem ofertar educação, saúde e suporte para que mulheres consigam viver com dignidade sem precisar recorrer a formas ilícitas para conseguir o sustento de sua famílias.

REFERÊNCIAS

- ALÓS, Anselmo Peres. Literatura de resistência na América Latina: a questão das narrativas de testemunho. *Espéculo. Revista de estudios literarios*. Universidad Complutense de Madrid. Disponível em: <https://webs.ucm.es/info/especulo/numero37/nartesti.html>. Acesso em: 2 de maio 2021.
- ALMEIDA, Silvio Luiz de. *O que é racismo estrutural?*. Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.
- BARROSO, M. R. (2020). *Medida Cautelar na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 527*. Distrito Federal: Supremo Tribunal Federal. 2020.
- BARSTOW, Anne Llewellyn. *Chacina de feiticeiras: uma revisão histórica da caça às bruxas na Europa*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1995.
- BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo: fatos e mitos*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.
- BOGADO, Maria “Rua”. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de. *Explosão feminista: Arte, cultura, política e universidade*. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- BORDIEU, Pierre. *Sobre a televisão. seguido de a influência do jornalismo e os jogos olímpicos*. Tradução Lúcia Machado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- BORGES, Juliana. *Encarceramento em Massa*. Editora Jandaíra, 2019.
- BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Disponível em www.mi.gov.br/depen. Acesso em: 2 de abril de 2021.
- BRASIL. Lei 7.210, de 11 de julho de 1984. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17210.htm. Acesso em: 8 abril 2021.
- CARRASCOZA, Denise. *Técnicas e políticas de si nas margens, seus monstros e heróis, seus corpos e declarações de amor*. Paraná: Editora Appris, 2017.
- DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DAVIS, Angela. *Estarão as prisões obsoletas?*. 5 ed.: Bertrand Brasil, 2018.
- DAVIS Angela; GINA, Dent. *A prisão como fronteira: uma conversa sobre gênero, globalização e punição*. Santa Catarina, Florianópolis. *Revista de Estudos Feministas*, EdUFSC, v. 11, n. 2, Jul/Dez, 2003.
- DIZARD JUNIOR, Wilson. *A nova mídia*. 1. ed. São Paulo: Zahar, 2000.
- FEDERICI, Silvia. *Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. Tradução

Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 2013.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. "Do conceito de mimesis em Adorno e Benjamin", in Stté aulas sobre linguagem, memória e história. Rio de Janeiro: Imago, 1997

GIORGI, Alessandro De. A miséria governada através do sistema penal. Alessandro De Giorgi. - Rio de Janeiro: Revan: ICC, 2006. (Pensamento criminológico; v. 12)

GANCHHO, Cândida Vilares. Como Analisar Narrativas. 9a ed., Série Princípios, São Paulo: Ática, 2014.

G1. "Relator da ONU denuncia situação 'cruel' em prisões do Brasil". Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2016/03/relator-da-onu-denuncia-situacao-cruel-em-prisoos-do-brasil.html>. Acesso em: 18 de abril 2021.

G1. "Relator afirma que sofrimento de homossexuais é 'inaceitável'". Disponível em: <https://news.un.org/pt/audio/2016/03/1165861>. Acesso em: 18 de abril 2021.

HOOKS, Bell. Teoria Feminista: da Margem ao Centro. Editora Perspectiva, 2020.

HOOKS, Bell. Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade. 2ª ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017.

IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Reincidência Criminal no Brasil: Relatório de Pesquisa. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&id=25590 . Acesso em: 10 maio 2021.

JESUS, Vera Tereza de. Ela e a reclusão: o condenado poderia ser você. 2. ed. São Paulo: Edições O Livreiro Ltda, 1967.

KAUR, Rupi. Meu Corpo Minha Casa. Editora Planeta, 2020.

Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/depen/pt-br/sisdepen/sisdepen>. Acesso em: 12 de maio 2021.

LIMA, Venício. A. A opinião privada tornada pública. Observatório da Imprensa. Ano 12, n. 342, de 16/08/2005. Disponível em: A opinião privada tornada pública | Observatório da Imprensa (observatoriodaimprensa.com.br). Acesso em 10 abril 2021.

MACEDO, Francly Izabelly de Oliveira. A recepção da poesia de autoria feminina por mulheres em privação de liberdade. Dissertação de mestrado - Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), f.147, 2016.

MEIRELES, Cecília. Cecília de Bolso: uma antologia poética. (Org. Fabrício Carpinejar). Porto Alegre: L&PM, 2009.

MELOSSI, Dario; PAVARINI, Massimo. Cárcere e fábrica: as origens do sistema penitenciário (séculos XVI-XIX). Tradução Sérgio Lamarão. Rio de Janeiro: Revan, 2006.

MOREIRA, Herivelto; CALEFFE, Luiz Gonzaga. Metodologia científica para o professor pesquisador – 2. ed. – Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.

OSORIO, Rafael Guerreiro; FONTOURA, Natalia. Tolerância social à violência contra as mulheres. Brasília: IPEA, 2014.

Pastoral Carcerária. Tortura e encarceramento em massa no Brasil - 2015. Disponível em: https://youtu.be/khplZUIRD_8. Acesso em: 15 de abril 2015.

QUEIROZ, Nana; MARILAC, Luísa. Eu, travesti: Memórias de Luísa Marilac. Editora Record, 2019.

QUEIROZ, Nana; BERTHO, Helena. Você Já é Feminista! Duvida? Editora Jandaíra, 2020.

QUEIROZ, Nana. Presos que menstruam. 1ª ed. Rio de Janeiro. Editora : Record, 2015.

RAMOS, Hosmany. Pavilhão 9: Paixão e Morte no Carandiru. São Paulo:Geração Editorial; 4ª edição, 2001.

RANDALL, Margaret. ¿Que és y cómo se hace un testimonio? In: BEVERLY, John y ACHUGAR, Hugo (eds.) *La voz del otro: testimonio, subalternidad y verdad narrativa*. Número especial de la *Revista de crítica literaria latinoamericana*. Año 15, n.º 36, Lima, Segundo semestre de 1992. pp. 21-45.

RATTNER D. Humanização na atenção a nascimentos e partos: ponderações sobre políticas públicas. *Interface (Botucatu)*. 2009;13(1 supl):759-768. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-32832009000500027>. Acesso em: 10 de abril 2021.

RIBEIRO, Djamila. O que é lugar de fala?. Belo Horizonte: Letramento, 2017. 112 p. (Feminismos Plurais)

ROBBINS, Rossell Hope. *The Encyclopedia of Witchcraft and Demonology*. Nova York: Crown Publishers, 1959.

RUSCHE, Georg e KIRCHHEIMER, Otto. Punição e estrutura social. Rio de Janeiro, Revan/ICC, 2ª éd., 2004, tradução e apresentação de Gizlene Neder.

RUIZ, Alice. Dois em um. São Paulo: Iluminuras, 2008.

SANTOS, Ingrid Vanessa Souza. Mulheres na terceira onda: autoria feminina nos contos de ficção científica das revistas *Trasgo* e *Mafagafo*. Monografia (Licenciada em Letras – Língua Portuguesa e Língua Francesa). Universidade Federal de Campina Grande, 2021.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Grande Sertão: Veredas como gesto testemunhal e confessional. *Alea*, vol. 11, no. 1, 2009.

SILVA, Jacilene Maria. Feminismo na atualidade: a formação da quarta onda. Recife: [s.d.], 2019.

SILVA, Liane Duarte da. Presos que menstruam: o testemunho do silêncio e da solidão nos presídios femininos brasileiros. 2020. 124 f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Instituto de Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2020.

SOUSA, Priscila Paula de. Mulheres e memórias: uma análise da historiografia sobre a ditadura militar brasileira. 2016. 1 recurso online (192 p.). Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/279572>>. Acesso em: 10 abril 2021.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. Pode o Subalterno Falar? Editora UFMG, 2010

STANLEY, Cohen. Visions of Social Control. Cambridge, Polity Press, 1985.

TAVARES, Paula. Amargos como os frutos: poesia reunida. Rio de Janeiro: Pallas, 2011.

TEGA, Danielle. Tramas da memória: um estudo de testemunhos femininos sobre as ditaduras militares no Brasil e na Argentina. 2015. 1 recurso online (xxvi, 237 p.). Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/281209>>. Acesso em: 10 abril 2020.